

RELATÓRIO DETALHADO

PROJETO ATUAÇÃO EM REDE: CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ACOLHIMENTO, INTEGRAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DE REFUGIADOS E MIGRANTES NO BRASIL

SIMPÓSIO REFUGIADOS E MIGRANTES EM RORAIMA: COMO ACOLHER E INTEGRAR? E OFICINAS TEMÁTICAS

22 A 24 DE NOVEMBRO DE 2018
BOA VISTA, RORAIMA

Realização:



Apoio:



Relatoria: Isis Lima Soares, Mariana Kz e Mariana Manfredi

Sistematização e edição: Isis Lima Soares e Mariana Manfredi | Entremeios - Articulação e Formação

Parceria: Soraia Silva de Mello | Solução Design de Processos Participativos

Fotos: Amanda Souza | Ascom ESMPU e Lia Kunzler | Ascom PR-RR

Ilustrações: Mariana Kz | Coletivo Entrelinhas

Diagramação: Mariana Moura | Entremeios - Articulação e Formação



Este relatório foi elaborado com o apoio do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)
Dezembro/2018

SUMÁRIO

1. Apresentação	06
2. Simpósio	07
Mesa de Abertura	07
João Akira Omoto - Escola Superior do Ministério Público da União	07
Elaine Bianchi - Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima	08
Ana Luisa Zago de Moraes - Defensoria Pública da União	09
Márcio Ribeiro - Ministério Público do Trabalho	09
Gilmara Fernandes Ribeiro - CIMI e Pastoral Indigenista de Roraima	10
Márcio Rosa - Ministério Público Estadual	10
Fabiano de Moraes - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/GT Migrações Ministério Público Federal	11
Erico Gomes - Procurador-chefe do Ministério Público Federal de Roraima	11
Ir. Clara - Fraternidade Internacional	11
Mesa 1 – Contexto da Política Nacional Migratória e de Refúgio	12
Fabiano de Moraes - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/GT Migrações MPF	12
Ana Luisa Zago de Moraes - Defensoria Pública da União	13
Cristiane Sbalqueiro - Ministério Público do Trabalho	14
Cyntia Sampaio - Escola Superior do Ministério Público da União	15
Leticia Carvalho - Missão Paz - SP	16
Jennifer Anyuli - Coordenação de Políticas Públicas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/Prefeitura de São Paulo	17
Mesa 2 – Plano Nacional de Interiorização: balanço, desafios e perspectivas	19
Viviane Esse - Casa Civil da Presidência da República	19
Yssyssay Rodrigues - Organização Internacional para as Migrações	20
Pablo Mattos - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados	21
Elisângela Dias Barbosa - Cáritas de Roraima	22
General Eduardo Pazuello - Força Tarefa Logística Humanitária de Roraima	22
Debate	23
Mesa 3 – A Migração Indígena Venezuelana	25
Jaqueline Rocha - Casa de Los Niños	25
Ir. Clara - Fraternidade Internacional	26
Erika Yamada - Organização Internacional para as Migrações	26

Eduardo Tarragó - Perito em Antropologia do Ministério Público Federal	27
Baldíleo Centeno – representante Warao	28
Elaine Moreira - Professora e Antropóloga da Universidade de Brasília	29
Mesa 4 – Experiências Locais na Atenção a Migrantes e Refugiados	30
Nilsa del Carmen Hernandez - Valientes por La Vida /História de Vida	30
Jaqueline Ferreira - Unicef/Proteção e Educação em Emergência	30
Ir. Telma Lages - Centro Migrações Direitos Humanos - CMDH	31
Pe. Jesus de Bobadilla - Pastoral da Mobilidade	32
Debate	32
3. Oficinas	34
Oficina 1 - Nova Lei de Migração, Lei do refúgio, Direitos e Acesso à Justiça	34
Oficina 2 - Gestão Migratória em Nível Local	37
Oficina 3 - Gênero, Migração e Rede de Proteção – Onde eu me insiro?	41
Oficina 4 – Assistência Técnica e Fortalecimento de Capacidades sobre Direitos Humanos das Crianças Migrantes e Refugiadas	49
Oficina 5 - Violação de Direitos Humanos em contexto de Emergência	54
Oficina 6 - Inserção Laboral e Protocolo de Denúncias de Exploração	59
Oficina 7 - Migrantes e Refugiados em Situação de Rua	63
Oficina 8 - Migrantes Indígenas	69
Oficina 9 – Media Training para atores envolvidos no acolhimento e integração de refugiados e migrantes	74
Anexos	75



1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados das atividades do **Simpósio “Refugiados e Migrantes em Roraima: como acolher e integrar?”** e das oficinas de capacitação, ambos realizados no contexto do projeto **“Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, integração e interiorização de refugiados e migrantes no Brasil”**, em Boa Vista, Roraima, no período de 22 a 24 de novembro de 2018. As atividades buscaram fomentar o debate sobre a necessidade de estabelecer uma política local de integração para refugiados e migrantes, capacitar os atores da rede local e promover a discussão em temas relacionados ao fluxo migratório que acontece na cidade, como Nova Lei de Migração, Lei do Refúgio, direitos e acesso à Justiça, gestão migratória em nível local, violação de direitos humanos em contexto de emergência, inserção laboral e exploração e migração indígena.

As atividades aconteceram no Fórum Advogado Sobral Pinto e na Universidade Federal de Roraima e contaram com a participação de diversas instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos municipais, estaduais e nacionais que atuam no acolhimento, integração e interiorização dos migrantes em Boa Vista e em Pacaraima. Estiveram presentes policiais rodoviários federais, integrantes das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), assistentes sociais da prefeitura dos municípios de Pacaraima e Rorainópolis, membros e servidores do Ministério Público da União (MPU), integrantes das Forças Armadas que atuam na Operação Acolhida, indígenas Warao e E’ñepá, entre outros.

Em quatro mesas de debate, os palestrantes do Simpósio evidenciaram que o movimento migratório agora é visto como uma oportunidade de desenvolvimento para o estado e para o Brasil, enquanto em nove oficinas foi promovido engajamento das pessoas e a construção coletiva de encaminhamentos, que devem beneficiar tanto a população deslocada quanto a população de acolhida.

As próximas páginas apresentam o resumo de cada uma das atividades, em forma de síntese, buscando destacar as ideias-chave das exposições e discussões.

2. SIMPÓSIO



Mesa de Abertura

João Akira Omoto (Escola Superior do Ministério Público da União)



Após saudar os presentes, João Akira Omoto afirmou que atualmente vivemos o maior fluxo migratório dos últimos anos e que, mais do que nunca, é preciso que todos estejam capacitados para lidar com essa situação. Neste contexto, integração é a palavra chave, e isso se dará pela via do trabalho, pela inserção cultural, pela moradia, pela sociabilidade, inclusão das pessoas nos sistema de educação, e por de fato integrar estes migrantes à sociedade brasileira, respeitando sua diversidade cultural.

O Projeto *Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, integração e interiorização de refugiados e migrantes no Brasil* foi lançado em junho de 2018, por ocasião do Dia Mundial do Refugiado, e tem por objetivo fomentar a discussão em torno da necessidade de se estabelecer políticas locais de acolhimento, abrigamento e integração para refugiados e migrantes. Compõe a Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Conectas Direitos Humanos, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Defensoria Pública da União (DPU).

O Projeto *Atuação em Rede* já tem expansão prevista para 2019: serão realizadas 10 atividades, em 10 estados pelo país, com cronograma já estabelecido, que será aprovado e divulgado em breve. Nas atividades realizadas em 2018, nos municípios de Belém, Manaus e São Paulo, foram capacitadas 1100 pessoas. Ao final de 2019, a Rede pretende ter atendido cerca de 5000 pessoas no país, para discutir políticas de migração e refúgio, em seu mais largo espectro.

De acordo com dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil reconheceu, até o final de 2017, um total de 10.145 refugiados de diversas nacionalidades - número muito baixo diante dos fluxos migratórios internacionais. Com relação às migrações, segundo a pesquisa *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São*

Paulo, elaborada por pesquisadores da Unicamp, entre os anos de 2000 e 2015 chegaram ao Brasil 880 mil imigrantes. Quando se fala em emigração, os dados são controversos: o CENSO 2010 registrou, mesmo fazendo autocrítica sobre o dado, 490 mil brasileiros vivendo fora do Brasil, enquanto o Ministério de Relações Exteriores estima entre 2 e 4 milhões de brasileiros vivendo fora do país. É notável o fluxo de saída de brasileiros para viver fora do país nos últimos tempos, especialmente por conta da crise político-econômica que o país atravessa.

O ACNUR estima que quase 3 milhões de pessoas deixaram a Venezuela nos últimos anos - segundo eles, vive-se uma diáspora venezuelana. Neste contexto, o Brasil não é o principal destino, mas o 5°. Dados da Casa Civil de 21 de novembro dizem que 85 mil venezuelanos solicitaram ou estão em processo de regularização de sua situação migratória em território nacional. O país está, portanto, diante de um número que, quando comparado com fluxos migratórios internacionais, e mesmo o brasileiro, em termos de entrada e saída, é relativamente pequeno.

João Akira destaca que há, todavia, um quadro normativo interessante no Brasil: a Lei do Refúgio, de 1997 (e uma das questões que será discutida é porque uma lei que tem mais de 20 anos, até hoje julgou apenas 10 mil casos), e a Lei de Migração, que recém completou um ano de vigência no estado nacional, e que regulamente o Artigo 5° da Constituição, que diz:

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

O desafio, afirma, é “trabalhar com estes dois instrumentos normativos para pensar qual é a política para migrantes e refugiados que o Brasil precisa ter”.

João Akira ressalta que o estado de Roraima está vivendo uma situação de fluxo migratório intenso, e os cidadãos roraimenses, que viveram vários momentos deste fluxo, sabem perfeitamente o que isso significa. Contudo, é necessário reconhecer que até abril de 2017 a situação era bastante difícil porque a política era inconsistente. Com a política estabelecida, é notável a diferença no funcionamento, inclusive na vida da cidade. A existência de uma política, ainda que elaborada em reação a uma situação - e quando se torna vontade política, explícita que é possível, sim, trabalhar com fluxos migratórios inclusive muito maiores do que os vividos em Roraima, afirma.

Conclui dizendo que: “o objetivo do trabalho que a Rede traz: levar para os mais diversos locais esse debate, essa discussão, e aqui é o lugar mais adequado para que a gente qualifique, e nós, instituições públicas, ONU e sociedade civil, encontrarmos caminhos e soluções e dar contribui à legislação que assegura que não haja distinção entre brasileiros e não brasileiros.

Elaine Bianchi - Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima



Após desejar boas vindas, Elaine Bianchi afirmou que o Estado de Roraima é um lugar acolhedor e aprazível, bom de se viver, e que seus cidadãos são gratos por “tudo que está acontecendo, porque isso está possibilitando integração e troca de ideias. Para quem acreditava que a migração fosse um problema, estamos vendo que a migração é solução”. Segundo ela, a migração elevou Roraima ao cenário nacional e internacional, e possibilitou parcerias com instituições que não eram conhecidas. Além disso, em razão da migração, o PIB (Produto Interno Bruto) do estado aumentou e futuramente, quem sabe, o estado pode vir a tornar-se o primeiro bilíngue do país.

Contudo, ela reconhece que tudo isso ainda é o começo, e que o estado ainda tem muito o que aprender, por isso a importância do Projeto Atuação em Rede na região. Finalizou destacando que o Tribunal de Justiça de Roraima está à disposição para colaborar com o processo de acolhimento e integração da população venezuelana.

Ana Luísa Zago de Moraes (Defensoria Pública da União - DPU)



Ana Luísa inicia sua apresentação com um desejo: *“espero que saiam daqui novos defensores de direitos humanos”*. Ela diz trazer consigo o processo de construção do direito migratório na DPU, que vem sendo feito há 10 anos.

A Defensoria Pública da União é uma instituição nova, que surge da atuação individual, com o objetivo de resolver questões de regularização migratória. Há muitos anos verificaram a necessidade de atuação coletiva (referência ao habeas corpus que evitou despejo de centenas de venezuelanos) e atualmente desempenham um papel importante de atuação na esfera legislativa de sensibilização em relação ao PL das Migrações, além da atuação de defensores regionais

de direitos humanos, em âmbito estadual.

Destaca-se, neste contexto, que através da Secretaria de Direitos Humanos está sendo possível uma atuação direta em Pacaraima, assegurando no mínimo um defensor no posto de atendimento aos migrantes que ingressam, principalmente às crianças desacompanhadas. Segundo ela, a presença de um defensor no município é motivo de orgulho, uma vez que a instituição passa por um momento de poucos recursos, e de luta para manutenção das atividades que estão sendo feitas. Isso só é possível porque, para a DPU, a questão das migrações é muito cara à instituição.

Márcio Ribeiro (Ministério Público do Trabalho - MPT)



Márcio Ribeiro destaca que o desafio da migração no Estado brasileiro, em especial neste atual cenário de política social e economia, é acolher e integrar pessoas que chegam fragilizadas, advindas de um cenário de muita dificuldade.

Segundo ele, um aspecto fundamental na integração dos migrantes, de qualquer nacionalidade, mas especialmente os venezuelanos, é pensar nos aspectos laborais, pois *“o trabalho, além de promover dignidade para as pessoas, promove o contato com nossas tradições, costumes e línguas”*.

No âmbito do Ministério Público do Trabalho, o desafio é promover o acolhimento e a integração através do trabalho decente e qualificado, com respeito à dignidade da

pessoa humana.

Ribeiro afirma que temos, hoje, uma legislação verdadeiramente progressista no que diz respeito à causa migratória, que não entende o migrante como um problema que deva ser combatido ou coibido pelo estado brasileiro, mas como pessoa humana que deve ser valorizada pela sua dignidade. Tal legislação promove igualdade de tratamento de oportunidade, e na inclusão social, laboral e produtiva do migrante. É, portanto, uma legislação progressista porque se alinha à Constituição e a Tratados Internacionais.

Afirma que o MPT tem atuado em conformidade com as diretrizes e tem sido um grande desafio promover a integração pelo trabalho, sendo esse um dos objetivos do Sistema Nacional de Emprego - promover a articulação

de todos os órgãos, em todas as esferas de governo municipal, estadual e federal. É através da efetivação dessa política, coordenada entre as três esferas, que se proporcionará verdadeiramente uma acolhida digna, não apenas aos venezuelanos, mas todos aqueles que procurem no Brasil um cenário de oportunidade de vida, conclui.

Gilmara Fernandes Ribeiro (CIMI e Pastoral Indigenista de Roraima)



Gilmara Ribeiro reconheceu todo o esforço que o Projeto Atuação em Rede tem feito até agora, com mobilização e garantia de pensar nos desafios da questão migratória. Ela afirma que migrar é um direito, e portanto não deve ser vista como um problema. Temos, nas palavras da representante do CIMI, *“a oportunidade de propor uma acolhida que respeite a dignidade da pessoa humana em sua especificidade. Somos, contudo, aprendizes da questão migratória.”*

Ela afirma que os venezuelanos têm nos dado a chance de conhecer quem são eles, suas identidades, riquezas e formas de organização. Em relação aos povos indígenas, afirma que é fundamental entender como os Warao e os E'ñepá pensam, quais são seus costumes, seus hábitos, para fazer um acolhimento adequado, que respeite seu usos, costumes e tradições.

De acordo com Gilmara, existem vários desafios e muito esforço que cada organização da sociedade civil (OSC) tem feito para tentar resolvê-los, embora ainda tenha muita coisa para avançar: *“há um longo caminho para percorrer. Este encontro, portanto, é motivo de muita alegria, porque estamos caminhando na construção de soluções, num processo democrático, para superar essa situação.”*

Márcio Rosa (Representante do Ministério Público Estadual)



Márcio Rosa afirma que Roraima é não apenas a porta de entrada aos irmãos migrantes venezuelanos, mas também o lugar que representa a possibilidade de constituírem um novo modo de vida. Acrescenta que o estado é formado quase que inteiramente por migrantes, e que justamente por isso não deveria haver tantas dificuldades no acolhimento e integração dessa população. *“Só os povos indígenas não são migrantes neste estado”.*

Diz que contudo, sabe-se da dificuldade e precariedade dos serviços públicos, e também que existe um discurso de ódio muito forte, advindo de parte da sociedade. Destaca ainda que, ainda várias iniciativas da sociedade civil dão alento e demonstram que parte da população de Roraima está disposta a ser solução, mas que para além delas são necessárias políticas públicas de caráter permanente, que assegurem direito à saúde, educação e cidadania a estes migrantes e refugiados. *“É dever do nosso país efetivar a garantia constitucional sem distinção entre quem é e quem não é brasileiro.”*

De acordo com Márcio Rosa, de janeiro a setembro de 2018 nasceram 1024 bebês na maternidade de Boa Vista, todos filhos brasileiros de mães venezuelanas, crianças que formam vínculo perpétuo entre essas famílias e o Brasil. É necessário, segundo ele, *“parar de tratar a migração venezuelana como dor de dente passageira, mas sim como um processo permanente que necessita de inclusão para pais e filhos”.*

Fabiano de Moraes (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/GT Migrações Ministério Público Federal)



Fabiano de Moraes afirmou que a realização deste evento em Boa Vista representa um marco importante no enfrentamento dos problemas locais advindos da migração, especialmente na busca de soluções e articulações entre as instituições nacionais e internacionais presentes.

Érico Gomes - Procurador-chefe do Ministério Público Federal de Roraima



Érico Gomes considera que a regionalização dos eventos da Escola Superior do Ministério Público da União é fundamental para que todos os trabalhadores do Ministério Público tenham acesso a formação e aprimoramento no que diz respeito ao tratamento da população migrante. Ele avalia que a migração é um problema global, presente em todos os continentes e sociedades que vivem fluxos migratórios agudos, despertando movimentos nacionalistas que precisam ser observados com atenção.

Por esse motivo, manifesta alegria em receber os presentes, e espera que a discussão se aprofunde e gere encaminhamentos eficazes.

Ir. Clara (Fraternidade Internacional)



Após saudar os presentes, Irmã Clara afirma que a presença de João Akira (ESMPU) em Roraima significa bons agouros: *“Nós percebemos que quando ele está, algo se move, a sociedade responde, tudo melhora, então externamos nossa gratidão”*.

A Fraternidade Internacional está completando dois anos de missão em Roraima, e representa uma pequena parcela da sociedade civil que responde ao chamado de acolhida humanitária de irmãos e irmãs venezuelanos. De acordo com ela, *“percebemos ao longo dos dois anos de fluxo migratório um relativo amadurecimento nessa ajuda humanitária. Começamos com a chegada das agências internacionais, como ACNUR e outras que foram chegando, e depois, a criação da Operação Acolhida, que colocou as Forças Armadas à frente dos abrigos. No começo rece-*

bemos com apreensão esta notícia, mas hoje agradecemos, porque inúmeras vezes observamos e pudemos conhecer o ser humano que está por detrás da farda”.

O desafio deste momento, segundo Irmã Clara, é como acolher e integrá-los de verdade, porque ainda que observa-se a presença de pessoas com capacidades e competência, a fome e o desespero faz com que elas se sujeitem a fazer sub-trabalhos. *“Tenho que partir da compreensão de que ele não está aqui porque quis, de férias, porque sonhou vir pra cá, mas sim porque algo o fez sair de onde estava, e chegar até aqui sem absolutamente nada, somente uma esperança e uma fé, e o que eles querem é trabalhar”*. Cita, por fim, uma fala da Irmã Rosita, que diz *“migração não é problema, é uma oportunidade - façamos dessa frase um norte para esses dias de trabalho”*.

Mesa 1 – Contexto da Política Nacional Migratória e de Refúgio

Coordenação: João Carlos Jaronchinski, Universidade Federal de Roraima.



Retrospectiva Histórica



Fabiano de Moraes (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/GT Migrações MPF), fez uma retrospectiva pré-histórica sobre o início das migrações até chegar ao cenário atual, com a criação da Lei 13.146, 24 de maio de 2017, que muda o paradigma da migração no Brasil.

Principais destaques de sua apresentação:

- Nossas migrações surgem com o *homo sapiens*, há 130 mil anos. Em 1500, estima-se que a população indígena que vivia no território hoje denominado Brasil era entre 2 e 6 milhões de indígenas. Nesse período chegaram cerca de 100 mil migrantes portugueses e 650 mil africanos escravizados.
- A Lei das Terras (Lei nº 601/1850) autorizava o Governo a promover a colonização estrangeira. Na prática, isso significava o início efetivo da política de “branqueamento” do país.
- Em 1890, com a Proclamação da República, Marechal Deodoro estabeleceu a política de entrada de imigrantes. O Decreto nº 528/1890 dizia: *É inteiramente livre a entrada de imigrantes, desde que: indivíduos válidos e aptos para o trabalho; não sejam “indígenas” da Ásia ou da África.*
- O Decreto-Lei nº 406/1938, por sua vez, vedou a entrada de aleijados, mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos, indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres de conduta nociva à segurança nacional, entre outros. Estabeleceu, também, cotas de entrada, e proibiu a formação de núcleos de uma só nacionalidade.
- Sete anos depois, cessada a Segunda Guerra Mundial, foi instaurado o Decreto-Lei nº 7.967/1945, que pretendia imprimir à política migratória do Brasil uma orientação racional e definitiva. Dizia: *“necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população brasileira, as características mais convenientes de sua ascendência europeia”.*
- Já em 1969, durante o Regime Militar, o Decreto-Lei nº 417/1969 previu a expulsão do estrangeiro que atentasse e contra a segurança nacional ou cujo procedimento o tornasse nocivo ou perigoso a convivência ou aos interesses nacionais. Do mesmo ano, o Decreto-Lei 941/1969 imprimiu um regime de vistos, e determinou que a permanência fosse subordinada à conveniência e aos interesses nacionais, além de instaurar a proibição de atividade política.

- Em 1980, foi aprovado o Estatuto do Estrangeiro, que vigorou até 2017, quando enfim foi aprovada a Lei de Migração (Lei nº13.445, de 24 de maio de 2017), que trata o movimento migratório como um direito humano, combatendo a xenofobia e a discriminação contra o migrante.
- São princípios da atual política migratória do Brasil:
 - Universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.
 - Repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e quaisquer outras formas de discriminação.
 - Não criminalização da migração. Não discriminação em razão da forma de entrada.
 - Promoção de entrada regular e de regularização documental.
 - Acolhida humanitária.
 - Garantia do direito à reunião familiar.
 - Inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas.
 - Acesso igualitário e livre a serviços e programas sociais.
 - Promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações dos migrantes.
 - Diálogo Social na formulação, na execução e na avaliação das políticas migratórias promoção da participação cidadã do migrante.

Aspectos mais recentes da política migratória



Ana Luisa Zago de Moraes (Defensoria Pública da União) apresentou dados referentes à realidade migratória brasileira, bem como aspectos referentes à legislação de migração e refúgio no país, incluindo informações sobre os órgãos responsáveis pela gestão migratória no território. Apresentou, ainda, o papel da DPU na defesa dos migrantes segundo a Lei 13.445/2017.

Principais aspectos de sua apresentação:

- O Brasil não tem uma grande questão com migração, uma vez que cerca de 0,5% do fluxo migratório mundial vem para o país. Desse percentual, a maior parte de migrantes advém de Portugal, Haiti, Bolívia, Japão, Itália, Argentina, China, Espanha, Uruguai e Estados Unidos.
- O percentual brasileiros vivendo fora do país é três vezes maior que o de migrantes no Brasil. Os brasileiros estão vivendo, primordialmente, nos Estados Unidos, Paraguai, Japão, Reino Unido, Portugal, Espanha, Alemanha, Suíça, Itália e França.
- Houve um aumento considerável de solicitações de refúgio nos últimos anos. Em 2016 foram 10.308, enquanto em 2017 os pedidos foram 33.866. A maior parte das solicitações tem sido negada pelo CONARE, que acumula um passivo de 86 mil processos aguardando decisão ou julgamento de recurso.
- Atualmente existem seis órgãos responsáveis pela Gestão Migratória, com atribuições distintas, que incluem desde o cadastro e registro (Polícia Federal) até a assistência jurídica gratuita (DPU).
- A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) apresenta importantes inovações na forma de compreender e lidar com os fluxos migratórios do país. Dentre os principais, figura a garantia de ampla defesa em casos de repatriação, deportação e expulsão; as autorizações de residência (aprox. 20 formas) com caráter objetivo e vinculante. Ex: reunião familiar, estudo, saúde, acordos bilaterais, cumprimento de pena, trabalho etc; a naturalização para apátridas e a criação de “cláusulas abertas de residência”: acolhida humanitária (Haiti), razões de política migratória (Venezuela) e “casos especiais”, entre outros.

- Os princípios da não criminalização configuram como um aspecto fundamental dessa nova ótica de compreensão dos direitos dos migrantes. Em linhas gerais, é prevista a não criminalização das migrações, exceto da “promoção de imigração ilegal” (art. 232-A do CP); a não discriminação no processo penal e execução penal de crimes comuns; o não aprisionamento do migrante com fundamento no seu status jurídico (art. 48) e o devido processo nas medidas de retirada compulsória (arts. 48 e 56).
- Neste contexto, cabe à Defensoria Pública da União (DPU) atuar na assistência jurídica e no acesso à justiça integral pública, e na defesa na repatriação, deportação e expulsão.
- A DPU deseja que a Política Nacional Migratória maximize os valores consagrados na Lei nº 13.445/2017, promova articulação entre a previsão de direitos e sua efetivação, assegurando transversalidade com outras políticas públicas (especialmente saúde, educação e assistência social); contenha a tendência centralizadora pela integração de todos os entes federativos; dê ênfase no apoio aos estados e municípios: convênios, redes, compartilhamento de boas práticas; tenha a simplificação de procedimentos como diretriz; incorpore Pactos Globais para as Migrações e Refúgio; crie estruturas interfederativas; estabeleça uma visão ampliada da sociedade civil (associações de imigrantes, entidades de defesa de imigrantes, mercado laboral): criação de conselhos participativos (exemplo de São Paulo/SP), dê prioridade para grupos vulneráveis (crianças, vítimas de tráfico de pessoas e trabalho escravo, acolhida humanitária, refugiados, indígenas, migrantes em situação de rua, mulheres) e não baseie a política na presunção de fraude.
- Que a Política Nacional seja construída em diálogo real com a sociedade civil, tire conclusões baseadas em fatos ou evidências como antídoto à mistificação e xenofobia, produza dados confiáveis e construa bases comuns de informação (Polícia Federal, CONARE, MJ, MTE, MRE, CNIg) e tenha participação de migrantes em todos os fóruns.

Atuação do MPT na questão Migratória



Cristiane Sbalqueiro, representante do Ministério Público do Trabalho, relatou a atuação do MPT na gestão e apoio à inserção de migrantes no Brasil, por meio da constituição de um Grupo de Trabalho (GT) sobre Migrantes e Refugiados. Fez, ainda, uma prospecção do que pode vir a se tornar o estado de Roraima se souber acolher e integrar de maneira efetiva a população migrante venezuelana.

Principais destaques de sua apresentação:

- O GT foi criado em 2013, motivado pela chegada da população haitiana ao Brasil. Sua atuação gerou contribuições importantes para o novo momento legal que o país está vivendo, em relação ao tema da migração. Enquanto a legislação anterior trabalhava na perspectiva da seletividade, de 2013 a 2018, o Brasil passou a desenvolver uma política migratória contemporânea, com a premissa que migrantes têm direitos iguais aos brasileiros. A nova legislação, contudo, não é suficiente, pois necessita de uma Política que assegure condições e mecanismos reais de atuação.
- Neste momento, em Roraima, estamos em boas condições de abrigo, mas o acolhimento real acontece quando há efetiva incorporação das pessoas que se dispõem a viver no nosso país, com acesso a trabalho digno.
- A nota técnica produzida pelo Ministério Público do Trabalho, por meio do GT, divide-se em 2 pontos: necessidade que o Brasil se preocupe com a geração de renda e emprego; e necessidade de proteção dos direitos dos migrantes, através da garantia de prevenção dos direitos para a população já vulnerabilizada. Ainda assim é papel de todos dos defensores de direitos humanos alertarem os irmãos venezuelanos sobre os

riscos do trabalho escravo. Além de informação constante, é possível investir em políticas de intermediação de mão de obra, porque isso facilita a fiscalização de qualquer oportunidade de trabalho.

- Roraima e Boa Vista podem crescer com a migração via Plano Plurianual. É preciso se focar nas possibilidades e aproveitar para criar uma intervenção duradoura, afinal existe a possibilidade de criação de riqueza a partir do zero, desde que os esforços sejam direcionados a isso. Nesse sentido, e com base no que está previsto no plano plurianual, são caminhos possíveis:
 - Agricultura familiar para indígenas e não indígenas, na perspectiva da solidariedade.
 - O lixo pode virar resíduo. Estamos num estado que não tem uma coleta de lixo reciclável de maneira adequada, há muito espaço para crescer. Seria muito legal se o saldo da migração venezuelana fosse a implementação da política de resíduos sólidos no estado de Roraima.
 - Real qualificação das ações e da mão de obra e investimento em ciência e tecnologia, uma vez que a população venezuelana possui formação em nível superior em índices maiores que a do estado (Roraima figura na 14ª posição em termos de profissionais com nível superior, com apenas 6,72%, percentual abaixo da média nacional).
 - Estruturação do turismo na região. Roraima é um gigante adormecido na área de turismo.
- O MPT apoiará iniciativas com foco na pessoa humana e no incentivo à formação de pessoas, seja na área de resíduos sólidos ou qualquer outra, desde que garantam a segurança do trabalho, pois é papel do órgão criar mecanismos de fiscalização e mediação dos trabalhos para migrantes.

Processo de Institucionalização da Política Municipal em São Paulo



Cyntia Sampaio, da Escola Superior do Ministério Público da União, fez uma análise sobre a institucionalização da Política Municipal para a População Imigrante de São Paulo, criada em 2013.

Principais aspectos de sua apresentação:

- **Gestão Migratória em Nível Local** - é na cidade que os migrantes vivem, contribuem e sentem dificuldade. Portanto, uma vez que o migrante chega no país, é no serviço municipal que ele entra. Nesse sentido, constituíam-se como desafios primordiais da gestão do município de São Paulo em relação à institucionalização da política para a população imigrante: obter a *confiança pública* dos cidadãos comuns de que o problema era relevante e precisava ser combatido e com o público alvo de que as instituições responsáveis iriam agir de maneira competente; buscar o *envolvimento* de todos os indivíduos ou grupos afetados pela política ou com interesses em jogo e *conquistar o compromisso* dos líderes políticos em mobilizar seu capital para apoiar os objetivos desta política.
- Há múltiplas dimensões da institucionalidade social, que inclui desde aspectos jurídico-normativos até aspectos orçamentários, passando por questões organizacionais e técnico-operativas. Em relação aos aspectos jurídico-normativos, houve forte investimento da coordenação no desenvolvimento de novos serviços (ou na adaptação dos serviços existentes), de acordo com as demandas específicas da população imigrante. Em termos orçamentários, após a implementação da coordenação, o aumento tem sido progressivo (em 2013 o recurso era de R\$650.000,00 e em 2017 saltou para R\$1.800.000,00).
- Há um contexto determinante para que a política municipal tenha se estabelecido. Ele inclui as iniciativas anteriores e a mobilização social na construção de agenda, os eventos intervenientes em diversas esferas, a participação social como ferramenta de gestão e a visibilidade positiva. A sociedade civil não apenas acolheu os migrantes, mas trouxe aprofundamento teórico/ técnico para a formulação e estruturação da políti-

ca pública. A lei nacional também teve papel fundamental para sua criação.

- Participação social como ferramenta de gestão: todos os processos são criados em parceria com a sociedade civil brasileira, que se organiza em grupos, movimentos e instituições, lideradas por migrantes, acompanhada do corpo técnico da prefeitura.
- Autoridade Social: no poder público sempre é uma questão em qual pasta está alocada a migração, uma vez que esse posicionamento orienta a política da gestão. Ao invés de um viés do emprego ou relações internacionais, a cidade de São Paulo optou por colocar no guarda-chuva dos direitos humanos, como forma de apresentar a complexidade do tema e promover a interlocução da pauta com outras secretarias. Nesse sentido, há ações desenvolvidas diretamente pela Coordenação, em parceria com organizações de fora da gestão, e em parceria e/ou com inserção em outras secretarias municipais.
- A Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) atua baseada na transversalidade e intersetorialidade, e já realizou 46 ações e atividades realizadas voltadas à população migrante (diretamente ou com parceiros), sendo 67% realizadas em parceria com outros atores, que trouxeram o desafio de articulação e negociação no processo de implementação. Destas parcerias, 70%, foram regidas por algum instrumento formal, como convênios, acordos de cooperação de técnica, termos de referência de consultorias, decretos e portarias municipais etc.
- A Lei Municipal 16.478/2016 e o Decreto 57.533/2016, que regulamenta e cria o Conselho Municipal de Migrantes, de caráter apenas consultivo, são os ícones máximos da salvaguarda de sua manutenção na agenda da política a longo prazo. O Conselho é composto por sociedade civil, secretarias municipais e migrantes.

Experiência de Acolhida de Venezuelanos em São Paulo



Leticia Carvalho, da Missão Paz - SP, apresentou a experiência da instituição na temática da migração, que engloba desde o acolhimento até comunicação e incidência política.

Principais destaques de sua apresentação:

- A Missão Paz, fundada por missionários de São Carlos (Scalabrinianos), tem presença em 34 países e está no Brasil desde 1939. No seu escopo de atuação, dispõe de Casa de acolhida e serviços integrados para migrantes; desenvolve ações que asseguram espaço para protagonismo do migrante, acolhida religiosa e cultural; atua com comunicação e incidência política e realiza pesquisas e estudos.
- Em relação à população venezuelana, recebeu, em 2017, 52 pessoas através de chegada espontânea, indicadas por organizações, Polícia Federal e poder público, mas sem procedimento formal de encaminhamento. Em 2018, a Casa do Migrante recebeu 98 advindos do Programa de Interiorização e outros 74, através de chegada espontânea. A cidade de São Paulo continua recebendo migração intensa. Hoje o grupo majoritário de residentes na casa é de venezuelanos, mas há também pessoas de outras 15 nacionalidades, fazendo com que seja inviável para a instituição assegurar 110 vagas exclusivas para o Programa de Interiorização.
- Dentre os serviços oferecidos está o auxílio à regularização de documentação, orientação jurídica, atendimento médico e psicológico, visitas domiciliares, oficinas de costura, entre outros.
- A atuação com a imprensa é um eixo forte da instituição, que tem como objetivo dar visibilidade ao fluxo migratório e possibilitar acesso mais humanizado à mídia, sem sensacionalismo. De março a agosto de 2018 emplacaram 300 matérias, sendo 89 referentes à migração venezuelana.
- Algumas considerações sobre o processo de acolhimento na Missão Paz:

1. Ampla tradição e conjunto de serviços diferenciados e articulados facilitaram o atendimento às necessidades imediatas desses imigrantes.

2. Acolhimento é um processo e não um ato pontual (não se limita a um lugar para dormir, alimentação e aulas de português, compreende também a organização, articulação e incidência política para o acesso aos serviços, proposição e implementação de políticas públicas).

3. Apoio e solidariedade da população brasileira e de coletivos de imigrantes (venezuelanos estabelecidos em São Paulo há cinco ou dez anos – doações e voluntariado).

- Os principais desafios deste momento, do ponto de vista da instituição, são:
 - Alta demanda migratória que chega na cidade de São Paulo;
 - Gerenciamento das expectativas: as pessoas quando chegam em São Paulo, muitas vezes, é um processo difícil porque as pessoas não tem dimensão da cidade e das dificuldades que irá enfrentar;
 - Reagrupamento familiar: ainda existem relatos de famílias separadas no processo de interiorização;
 - Dificuldade de aceitação para se inserir no fluxo de atendimento dos demais migrante;
 - Dificuldade de acessarem serviços públicos;
 - Exploração da força de trabalho;
 - Saída da casa de acolhimento: há exigência de fiador ou caução para alugar casas, alto custo da locação no centro, desconfiança ou xenofobia com as imobiliárias em relação a imigrantes e refugiados. A solução tem sido locar diretamente com proprietários em cidades da Grande São Paulo.



Jennifer Anyuli, da Coordenação de Políticas Públicas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, apresentou o contexto da cidade que favoreceu a criação da Coordenação, primeiro órgão do gênero no Brasil que, a partir de 2013, responde por todas as ações relacionadas à população de imigrantes na maior cidade do país.

Principais aspectos de sua apresentação:

- A cidade de São Paulo é marcada pelas migrações. Em 2017, registra-se 197 nacionalidades na cidade de São Paulo e 385.120 migrantes formais, correspondendo a 3,4% da população da cidade. Os dados de chegada de imigrantes apresentam dois picos: anistia em 2010 e chegada dos haitianos em 2015. A chegada dos haitianos foi uma experiência fundamental para criar respostas duradouras e integradas para os imigrantes que chegam à cidade.
- De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2015, as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes no Brasil são observadas em São Paulo, em particular: a dificuldade com o idioma, discriminação, documentação, acesso à informação de qualidade e acesso ao direito de bancarização.
- Nesse contexto, a Política Municipal para População Imigrante (Lei 16478/2016 e Decreto 57533/2016) responde pela articulação das políticas públicas para a população do imigrante no município de forma transversal e participativa.
- Um dos aspectos mais simbólicos da Lei é a definição de imigrantes: *“Considera-se população imigrante, para os fins desta lei, todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independentemente de sua situação migratória e documental”*. A partir dessa concepção, a Política tem como objetivo: garantir ao imigrante o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos; promover o

respeito à diversidade e à interculturalidade; impedir violações de direitos; e fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com outras políticas públicas.

- Cada secretaria municipal é responsável por funções em relação ao acolhimento dos imigrantes. Isso é importante para garantir que sejam recebidos e acolhidos dentro de todas as políticas públicas. A assistência social, por exemplo, é responsável pelo serviço de abrigamento e oferece 688 vagas exclusivas a esta população, entre outras ações. Está sendo realizado, também, um processo de formação dos trabalhadores das políticas públicas de todas as áreas para atender os imigrantes.
- Em relação ao processo de interiorização foram desenvolvidas ações de cooperação entre as 3 esferas federativas, sendo que o Grupo de Trabalho “Processo de Interiorização de Imigrantes” foi fundamental para estruturação de boas condições de recebimento da população.
- Por fim, destaca-se a criação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), primeiro serviço do tipo no país, gratuito e de portas abertas, para todas as nacionalidades. Ele oferece atendimento especializado para imigrantes, em nove idiomas, em especial orientações para regularização migratória, encaminhamentos para a rede pública de serviços, empregabilidade, entre outros; apoio jurídico (DPU) e saúde mental (Projeto Veredas/USP).

Mesa 2 – Plano Nacional de Interiorização: balanço, desafios e perspectivas

Coordenação: João Akira Omoto, Escola Superior do Ministério Público da União



Viviane Esse, da Casa Civil da Presidência da República, apresentou dados referentes ao Plano Nacional de Interiorização, um dos pilares da Operação Acolhida, junto ao ordenamento e acolhida.

Principais aspectos de sua apresentação:

- O processo de ordenamento não tem como objetivo barrar a entrada de qualquer migrante, mas garantir que as políticas públicas possam atendê-los de maneira efetiva, enquanto a acolhida garante uma recepção mais cuidadosa. A Operação acolhida é a maior ação humanitária em território nacional e, bem por isso, é importante saber quem está chegando, suas condições e necessidades.
- O povo venezuelano não é vulnerável, mas está vulnerável. São imigrantes que querem reconstruir sua vida e ajudar o país que os recebeu, e com isso cria-se uma oportunidade de crescimento conjunto para o Brasil. É importante entender que o processo de interiorização, para além de ajudar a pessoa migrante, que é um direito humano, colabora com os brasileiros por meio de envio de mão de obra qualificada. Para cidades pequenas, colabora-se no ensino de uma segunda língua e a integração intercultural.
- A interiorização tem como objetivo oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos migrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. A interiorização é voluntária e muito bem explicada para os migrantes.
- Até novembro de 2018 foram interiorizadas 3123 pessoas. O processo começou em agosto e possui algumas modalidades: reunificação familiar, interiorização para abrigos da sociedade civil, interiorização para abrigos federais (financiados por recursos federais em parceria com organizações internacionais) e inserção no mercado de trabalho com controle da qualidade dos trabalhos pelo Ministério Público. A Casa Civil reconhece que ainda há um gargalo no acolhimento e que é preciso ampliar o número de migrantes interiorizados, e que para isso é preciso uma força coletiva de convencimento de setores públicos e privados para a recepção dos migrantes.
- A interiorização é a grande saída para garantir a permanência e acolhimento efetivo para os migrantes.



Yssyssay Rodrigues, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou o escopo de trabalho da instituição e as ações desenvolvidas em relação à população venezuelana em Roraima e no processo de interiorização.

Principais destaques de sua apresentação:

- A OIM nasceu em 1951, como Comitê Intergovernamental Provisório para o Movimento de Migrantes da Europa (PICMME), depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1989 constituiu-se como Organização Internacional para as Migrações, e em 2016 se integra nas Nações Unidas como Agência Relacionada. Atualmente conta com 172 estados membros, sendo que Brasil passou a fazer parte em 2004.
- É missão da OIM o comprometimento com o princípio de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade. Atua, junto com parceiros na comunidade internacional, para enfrentar os crescentes desafios operacionais da gestão migratória; avançar na compreensão das questões relacionadas à migração; fomentar o desenvolvimento social e econômico através da migração e proteger a dignidade humana e o bem estar dos migrantes.
- Define por migrante qualquer pessoa que se desloca ou tenha se deslocado através de uma fronteira internacional ou dentro de um país, fora de seu lugar de residência habitual, independentemente de sua situação jurídica, o caráter voluntário ou involuntário do deslocamento, as causas do deslocamento, ou a duração de sua estadia.
- No âmbito internacional, suas principais atividades são: Reassentamento de Refugiados; Redução de Riscos em Emergências, Pós-crisis, e Desastres; Assistência a Migrantes; Migração Laboral e Desenvolvimento & Migração; Imigração e Gestão de Fronteiras; Migração e Saúde; Política Migratória e Pesquisa sobre Direito Migratório.
- Em Roraima, atua em todas as etapas da Operação, sendo:
 - Apoio ao ordenamento de fronteira – recepção, informação e documentação;
 - Pesquisa e produção de informação;
 - Assistência emergencial – acesso a alimentação, moradia e itens de higiene para cidadãos venezuelanos em vulnerabilidade fora do abrigo;
 - Disseminação de informação e fortalecimento institucional para prevenção e enfrentamento de tráfico de pessoas;
 - Integração:
 - Local (iniciativas voltadas para inclusão laboral e apoio a empreendedorismo);
 - Interiorização.
- Em relação a interiorização, a OIM presta orientação pré-embarque, com critérios, estratégia e informação geral sobre os serviços disponíveis na cidade de acolhida e informações sobre o abrigamento. A ideia é fornecer orientações detalhadas sobre o lugar da interiorização, desde o clima, até atividades econômicas. Além disso, faz distribuição e identificação de bagagens; preparação para viagem; acompanhamento de embarque e desembarque; acompanhamento até abrigo de acolhida e *hand-over*.



Pablo Mattos, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), apresentou ações da instituição no processo de acolhimento e interiorização e falou sobre resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos.

Principais destaques de sua apresentação:

- O ACNUR é uma organização global dedicada a salvar vidas, a proteger os direitos e a construir um futuro melhor para refugiados, pessoas deslocadas de forma forçada e apátridas. Atua no Programa de Interiorização como apoio, juntamente com a Agência da ONU para as Migrações (OIM), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além do Governo Federal, órgão realizador do programa. Compreende a interiorização como uma ferramenta de proteção e integração.
- No contexto de Roraima, o ACNUR participa da estratégia de resposta intersetorial, por meio do Comitê Federal de Assistência Emergencial, composto por ordenamento de fronteira, abrigamento e estratégia de interiorização. No Posto de Documentação e Triagem, em Pacaraima, tem sob sua responsabilidade, em parceria com a OIM, a orientação inicial, registro e preparação para obtenção de documentos. Atualmente é possível afirmar que cerca de 60% dos venezuelanos que ingressam no país estão dispostos a participar do programa de interiorização.
- Um desafio é a acolhida de indígenas, que precisa de estratégias mais focadas tanto para os que decidem se estabelecer em Boa Vista, quanto para os que aceitam participar da interiorização.
- O ACNUR responde pela gestão de diversas atividades desenvolvidas nos abrigos emergenciais, dentre elas as três refeições diárias, a distribuição de kits de higiene, limpeza e fraldas, aulas de português, atividades culturais, fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena e proteção e defesa de direitos. Destaca-se que, sem a sociedade civil, que atua também nos abrigos e ações de interação local, não seria possível atingir os objetivos de maneira tão interessante.
- Já em relação ao Programa de Interiorização, o ACNUR apoia em diferentes atividades de acordo com a localização, tipo de abrigo e parceiros envolvidos, sendo este trabalho relacionado a: acolhida em abrigos dos parceiros ou mistos (governo local + parceiros); assistência jurídica e psicológica; assistência social e acompanhamento, incluindo a concessão de bolsas de subsistência para os casos mais vulneráveis; apoio e encaminhamento para inserção laboral, incluindo contato com empresas e elaboração de CVs, entre outros. A interiorização não acaba com a chegada do migrante na nova cidade, porque é preciso buscar formas de integração local, etapa que demanda esforço e organização. Quase metade das pessoas interiorizadas foram para abrigos apoiados pelo ACNUR em mais de 17 cidades.
- O ACNUR entende que, para otimizar o Programa de Interiorização, é necessário contemplar mais perfis e novos parceiros; conceber novos formatos de interiorização e produzir um legado da interiorização.



Elisângela Dias Barbosa, da Cáritas de Roraima, apresentou o trabalho da instituição e os desafios que vêm enfrentando ao longo do tempo no acolhimento e interiorização da população migrante venezuelana.

Principais destaques de sua apresentação:

- A Cáritas prefere a palavra integração ao invés de interiorização, por estabelecer acolhimento dos dois lados. Como igreja, a Cáritas tem um histórico de atuação na área de migração, não por uma visão assistencialista, mas pela convicção que o homem é digno de direitos independente de em qual lugar está.
- Atua em 5 áreas temáticas: juventude, economia solidária, biomas, mudanças climáticas, migração, refúgio e gestão de risco. No que diz respeito à última, atua em quatro dimensões: acolher, proteger, promover e integrar, sendo cada que cada uma tem seus projetos e ações, buscando garantir integração em todos os aspectos da vida dos migrantes. A Cáritas soma e procura potencializar as redes de apoio, com órgãos públicos, religiosos e sociais porque entende que só assim será possível ter sucesso.
- Em relação à integração local e fora de Roraima, realiza o *Plano Nacional Caminhos de Solidariedade: Brasil & Venezuela*, que pretende contribuir para que a acolhida e as ações de integração sejam fortalecidas para atendimento digno aos migrantes, em Roraima e nos demais estados do Brasil. A ação surge em resposta ao apelo do Papa Francisco, que disse sobre abraçar a “cultura do encontro”, e faz uma proposta positiva diante da realidade na vida de migrantes e refugiados. São objetivos do projeto:
 - Igrejas no Brasil e na Venezuela na implementação de ações conjuntas de solidariedade para migração segura das pessoas venezuelanas.
 - Migrantes venezuelanos em situações de emergência e de vulnerabilidade integrados na sociedade brasileira, respeitando a identidade cultural e o acesso aos direitos.
 - Atendimento integral sobre demandas de geração de renda dos imigrantes venezuelanos e grupos indígenas venezuelanos em Roraima.
- O maior desafio é a cultura xenófoba, que ainda está presente e preocupa tanto os migrantes, quanto os agentes de direitos humanos que vêm sofrendo ameaças e “sentindo na pele” os desafios de trabalhar com esse público. Além dele, o cenário político brasileiro também é preocupante, uma vez que o país passou por intensos processos de participação e diálogo entre governo e sociedade civil, e agora não se sabe como será feito o controle social, a participação social e a relação entre estado e sociedade civil.



General Eduardo Pazuello, da Força-Tarefa Logística Humanitária de Roraima, apresentou a Operação Acolhida em detalhes, destacando o papel das Forças Armadas em sua realização, bem como a parceria com organismos internacionais.

Principais aspectos de sua apresentação:

mentação foi mais rápida.

- O Exército vem se preparando, desde 2017, para conduzir uma ação junto a população venezuelana com simulação de área de campanha, acampamentos e processos administrativos de contratação. Quando a Operação Acolhida teve início, ela já estava planejada e ensaiada, por isso sua imple-

- No início de 2018, com a criação do Comitê Interministerial para conduzir a resposta federal para a migração venezuelana, foi criada a Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, sob responsabilidade do Ministério da Defesa e foi criada uma Força-Tarefa Logística Humanitária, para prestar suporte em alimentação, saúde e também assumir a responsabilidade pela interiorização dos migrantes. A missão da força tarefa é cooperar com os todos os níveis de governo com o objetivo de recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interioriza os migrantes. É uma operação conjunta, interagência e humanitária. O estágio final é o ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, com todos os migrantes (residentes e refugiados) assistidos por diversos abrigos, estando em condição de serem absorvidos pelo sistema de mercado, participante do processo de interiorização.
- Em Pacaraima, a Operação conta com Posto de Recepção e Identificação, Posto de Triagem, Posto de Atendimento Avançado, Área de Apoio da Base Pacaraima, Reforço do 3º PEF, Abrigo BV-8 e Abrigo Janokoida.
- Em Boa Vista há 10 abrigos, localizados em pontos estratégicos que permitem interação dos migrantes com a cidade. Atualmente são 800 abrigados, com acesso a alimentação, escolas e outros equipamentos públicos. Além disso, há um posto de informação, um abrigo noturno (com maleiro) e um centro de distribuição de comida. Há, também, um processo de acolhimento nas madrugadas com os migrantes que estão em situação de rua, convidando-os a ir para abrigos e fornecendo suporte assistencial para sua permanência no Brasil.
- Ainda em Boa Vista, está localizado um posto de triagem e um abrigo para interiorização, com pessoas já documentadas e com todos os procedimentos de saúde realizados, prontas para partirem para outros estados.
- Há um vídeo, que é exibido aos migrantes, com orientações de cadastro no Emprega Brasil e no Plano de Interiorização. Quando vão para outros estados, recebem alimentação e hospedagem por até 3 meses. Caso tenham familiares com residência fixa no país, o programa viabiliza a ida para essas cidades. Desde abril, mais de 2000 pessoas já foram interiorizadas.

Debate das mesas 1 e 2

As questões trazidas durante o debate trataram, primordialmente:

- do reconhecimento de que as ações encabeçadas pelo Exército Brasileiro na Operação Acolhida têm, de fato, impactado na melhoria da qualidade de vida de adultos e crianças venezuelanos.
- da preocupação em relação ao trabalho que está sendo feito com as pessoas migrantes com deficiência (acolhimento emergencial e interiorização), bem como a necessidade de assegurar que tenham acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- da necessidade de pensar estratégias de acolhimento para a população LGBTI, inclusive no que diz respeito aos diferentes arranjos familiares.
- do fato de que municípios que se dispõem a participar do Programa de Interiorização de Migrantes Venezuelanos passam a ter acesso a recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), além de receber gêneros alimentícios. Contudo, nem sempre é pela falta de recursos que os municípios se recusam a participar da interiorização, mas sim pela questão da modalidade de emprego.
- da oportunidade de crescimento que significa ao país, aos estados e municípios, quando recebem dignamente a população migrante.
- da necessidade de se conceber estratégias duradouras de acolhimento das populações indígenas, que incluam o campo e a agricultura, e que sejam fundamentadas na participação dos mesmos no processo decisório.
- do esclarecimento de que o processo de interiorização precede de esclarecimento às famílias feitos em três etapas: apresentação dos critérios de interiorização (regularização migratória, imunização, avaliação clínica

e assinatura do termo de voluntariedade), informação sobre os municípios disponíveis (economia, clima, localização geográfica características específicas etc.) e condições de abrigo (alojamentos individuais ou familiares, divididos ou não por gênero, entre outros).

- do pouco envolvimento dos poderes locais (estado e municípios), ainda que Roraima tenha sido o único estado a ter crescimento econômico desde 2016.

Mesa 3 – A Migração Indígena Venezuelana

Coordenação: Manoela Lopes Lamenha Lins Cavalcante,

Ministério Público Federal



Jaqueline Rocha, da Casa de Los Niños, reconheceu a importância da mesa estar focada no tema migração indígena, uma vez que trata-se de um público muito diverso e que precisa ter assegurados seus direitos.

Principais aspectos de sua apresentação:

- A Casa de los Niños acontece no abrigo de Pintolândia desde agosto de 2017. Trata-se de um projeto socioeducacional que visa o ensino do português como terceira língua e manutenção da cultura tradicional indígena por meio da educação. É composta por 11 professores indígenas migrantes, que realizam as atividades tradicionais. A organização se institucionalizou recebendo apoio dos Pirlampos e da Visão Mundial, em parceria com a Fraternidade Internacional. Atuar com crianças/adolescentes indígenas e migrantes é trabalhar com o público mais vulnerável de todos.
- A educação intercultural possibilita uma prática pedagógica cuja ação educativa favorece o encontro entre culturas, viabilizando, dessa forma, o diálogo entre os saberes. Pretende trabalhar com os sujeitos sociais e suas culturas em pé de igualdade, valorizando todas as manifestações, sem sobrepor o conhecimento de um grupo.
- É premissa da instituição a potencialização dos atores (professores e artesãos - professores) por meio de: direito de existir como povos indígenas; direito de ter autonomia nas decisões sobre o seu futuro; reconhecimento das diferenças étnicas; respeito e espaço para poder exercer sua identidade cultural. *“O objetivo não é integrar os indígenas na nossa cultura, mas aprender a conviver a partir das diferentes culturas”.*
- *“A partir da experiência brasileira de educação escolar indígena, é possível afirmar que não caberia simplesmente incluir os indígenas migrantes nas escolas da rede estadual ou municipal de ensino, como tem ocorrido com as demais crianças venezuelanas. Isso porque, para os povos indígenas, o direito a uma educação específica e diferenciada está consolidado em pareceres, diretrizes e parâmetros que asseguram o direito de manter suas línguas e de fortalecer seus modos de vida e organização social. Conforme indicado pelos entrevistados, não há, até o momento, nenhuma ação estatal orientada a atender a essa demanda.”* - Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil – OIM/2018.



Ir. Clara, da Fraternidade Internacional, enfatizou que, para trabalhar com migrantes indígenas, é necessário “Descolonizar a forma de pensar para tentar se aproximar da forma como eles pensam”.

Principais destaques de sua apresentação:

- Assim que a Fraternidade Internacional chegou a Roraima, não foi preciso procurar os indígenas, pois eles (os Warao) logo chegaram com todas as demandas e necessidade.
- Está evidente que, para fazer unidade com esses irmãos, a busca de solução deve estar vinculada ao tempo deles, à forma de vida deles. Não sabemos como ficará a situação na Venezuela, quanto tempo deverá durar, mas independente disso, há muito tempo os indígenas já vivem sem suas terras e sem acesso a direitos.
- Atualmente temos 430 Warao em Pacaraima, num abrigo que seria para 280, e em Boa Vista a lotação é de 480, mas já temos 640 pessoas. Para chegar até aqui, foram mais de 1000 km andados ou navegados, com famílias inteiras, incluindo crianças e idosos. É nosso dever prestar assistência e pensar em soluções mais estruturadas para recebê-los e assegurar seus direitos.



Erika Yamada, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou a pesquisa sobre atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil.

Principais aspectos de sua apresentação:

- Falar dos povos indígenas em contexto de migração e no contexto urbano é dizer de um cenário que sempre existiu, mas que sempre foi invisibilizado. Em 2016, a tentativa de uma deportação coletiva de indígenas, foi barrada pela sociedade civil e pelo Ministério Público Federal.
- A pesquisa realizada pela OIM foca na busca de quais são as proteções legais dos indígenas no Brasil. Foram realizadas entrevistas com governo municipal, estadual e federal, além de lideranças Waraos e Eñepá alojadas nos dois abrigos, e também com diversas instituições da sociedade civil que atuam no território.
- As conversas com o poder público tornam evidentes as dúvidas em relação a haver obrigações do estado para com os migrantes indígenas, somado a relatos de considerável omissão. Tais dúvidas e esse reconhecimento parcial revelavam uma boa dose do racismo institucional que perdura nas nossas instituições. Para além dos trabalhadores, a política pública é pensada desconsiderando atender a especificidade de povos indígenas, sejam eles originais ou não do território brasileiro.
- *Mas eles são indígenas do Brasil ou da Venezuela? A FUNAI tem alguma obrigação? Como garantir atendimento diferenciado se eu não fui treinado para atender indígenas? Quem coordena o atendimento aos indígenas?* Essas são algumas das muitas perguntas ouvidas pelos pesquisadores durante o processo, que indicam, além da dificuldade em atender as especificidades da questão indígena, uma desresponsabilização pelo assunto. Essa omissão é muito perigosa, porque ela é violadora de direitos. Reconhece-se a necessidade, mas não opera-se mudanças.
- A legislação brasileira assegura proteções e obrigações do estado para com as populações indígenas migrantes: direito de não ser discriminado (ter a dignidade conhecida, reconhecimento de direitos coletivos),

proteção dos direitos dos migrantes (acolhimento adequado, possibilidade de ter documentação, de não ser criminalizado por estar em movimento, poder escolher onde viver) e todo o acervo dos direitos indígenas (reconhecimento das sua autonomia no processo de tomada de decisão, expressar o que é trabalho, comida, ter direito a educação diferenciada). Outros destaques: a não discriminação; a identidade indígena; ter uma nacionalidade; direito de cruzar fronteiras e a manter cooperação com familiar e outros grupos; direito de poder circular pela cidade, não apenas ser acolhido, mas ter relações; direito a ter moradia adequada; direito de participar e tomar decisão.

- Nesse sentido, a categoria refúgio é questionada para os indígenas migrantes na pesquisa, e a Portaria 9/2018 traz outras soluções que são mais adequadas para esse público. A partir de 2018, além da Portaria 9 que regulariza o status de migração, ressalta-se a discussão de olhar para migração com o enfoque de direitos humanos, ou seja, olhar para o migrante não apenas como força de trabalho.
- A Lei de Migração assegura os direitos, mas a execução ainda é uma dificuldade para as instituições públicas. Agora o passo é construir soluções inovadoras de médio e longo prazo, para além do acolhimento, que reconheçam a mobilidade como força de vida, e que entendam que acolher os migrantes indígenas não é sinônimo de deixá-los confinados.
- Avançou-se nas opções para os migrantes não indígenas, mas é preciso pensar em saídas para os indígenas migrantes, uma vez que foi a presença deles que chamou atenção e mobilizou tanta força da sociedade civil e das organizações internacionais.
- A própria noção de vulnerabilidade dos povos indígenas precisa ser revista, inclusive pela OIM. O deslocamento em grupo, por exemplo, pode ser visto como vulnerabilidade ou como a potência que possibilita eles chegarem na cidade. O fato de falarem outra língua é uma grande arma de resiliência.
- Em 2018, no âmbito mundial, foi adotado o Pacto Global para as Migrações, que busca assegurar migrações seguras, ordenadas e regulares. Os países tem obrigação de implementar esse pacto.
- Pergunta final: por que ainda avançamos tão pouco na busca de soluções para migrações dos indígenas no Brasil?



Eduardo Tarragó, Perito em Antropologia do Ministério Público Federal, conceituou o papel atribuído à antropologia no contexto de processos migratórios.

Principais destaques de sua apresentação:

- A Antropologia é a ciência que tem por objetivo reunir conhecimentos descritivos e explicativos sobre a diversidade cultural e biológica dos diferentes grupos étnicos existentes no mundo. Por “grupo étnico” se entende o conjunto de pessoas que compartilham a mesma cultura, desenvolvida por uma ancestralidade comum, territorialmente definida ou não. Por “cultura” se compreende o conjunto de elementos materiais (utensílios, instrumentos, ferramentas, trajes, alimentos, roças, casas, artesanato etc.) e imateriais (símbolos, rituais, danças, artes, técnicas, normas, valores etc.) compartilhados por um grupo étnico, bem como suas variações regionais e transformações graduais.
- Enquanto ciência, a Antropologia se vale do método científico para produzir conclusões. Seus resultados são obtidos por etapas metodológicas: observar e descrever regularidades ou padrões e formular hipóteses explicativas sobre os fenômenos investigados. Não é papel da antropologia, enquanto atividade científica, interferir sobre a realidade estudada. É a ação política ou jurídica dos agentes sociais que empreende esforços para transformá-la, podendo aí valer-se ou não de resultados científicos.

- De acordo com a Portaria MPU/PGR no 302, de 24 de maio de 2013, as principais atribuições do antropólogo são: realizar perícias, exames, vistorias, avaliações e estudos técnicos; coletar e analisar dados documentais e de campo; prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados; atuar em processos administrativos e judiciais como assistente técnico. No âmbito das atribuições do Ministério Público Federal, o trabalho pericial constitui-se em instrumento que auxilia na tomada de decisão do/a Procurador/a da República, para ação em determinado contexto administrativo ou judicial em que atue, à luz da legislação vigente. É, portanto, prerrogativa de membro do MPF a iniciativa para demandar trabalho pericial e, assegurando-lhe ao mesmo a irrestrita liberdade para considerar aplicáveis ou não os seus resultados.
- Na situação específica dos fatos que envolvem as ondas migratórias de ameríndios da etnia Warao entre Venezuela e Brasil e internamente no Brasil, foram demandados e realizados quatro trabalhos periciais em âmbito antropológico, nos últimos dois anos, para atender aos seguintes objetivos do MPF:
 - Identificar a dinâmica social das comunidades indígenas que têm se deslocado da Venezuela para o Brasil, com destaque para aspectos como origem da comunidade, motivos do deslocamento, organização social e familiar e motivos da permanência no Brasil. Realização: Janeiro a março/2017;
 - Compreender a dinâmica e a composição familiar na etnia Warao; entender as influências recíprocas entre o modo como ocorre a migração a Roraima e o tipo de conformação familiar dos Warao; e avaliar o modo como a dinâmica Warao é vista no estado venezuelano. Realização: Março a Maio/2017;
 - Realizar censo sobre os indígenas Warao localizados nos estados do Amazonas, Pará e Roraima, com destaque para o perfil migratório (origem, destino etc) e a opinião dos indígenas sobre os abrigos em cada estado. Realização: Janeiro a Março/2018;
 - Avaliar os impactos da gestão militarizada sobre os abrigados no Abrigo Provisório ao Imigrante Venezuelano (Ginásio da Pintolândia), considerando suas especificidades culturais e apontando possibilidades de modelos de gestão adequados; avaliar a adequação ou não das formas resoluções de conflitos adotadas dentro do abrigo. Realização: Julho a Agosto/2018.



Baldileo Centeno é Warao e está no abrigo Pintolândia, em Boa Vista. Em sua apresentação, falou em nome dos 650 Waraos que migraram para o Brasil nos últimos tempos.

Principais destaques de sua apresentação:

- Represento 650 Waraos. Sou orgulhoso de quem somos. Agora vivemos perto, somos ricos em cultura e queremos muito trabalhar, semear e muitas coisas poderíamos mudar. Somos 28 comunidades espalhadas, viemos das montanhas, ficávamos afastados da capital.
- O artesanato é um trabalho nosso desde sempre e serve para comprarmos roupas para os nossos.
- Somos um povo unido, que produz e trabalha defendendo a educação, a cultura, as danças de nosso avós e avós, mantendo o idioma Warao.
- Estamos lutando por todos, pela melhoria da vida dos nossos filhos. Meu coração sempre estará na luta para defender a comunidade, e essa comunidade agora está no Brasil.
- Pedimos ao indígenas daqui que lutemos juntos. Toda a fronteira deve ser dos povos indígenas, pois somos indígenas, somos povo tradicional da América Latina.



Elaine Moreira, Professora e Antropóloga da Universidade de Brasília, fez uma contextualização sobre quem são os Waraos e os atuais desafios para acolhimento desta população.

Principais aspectos de sua apresentação:

- As primeiras cenas que temos dos Waraos em Boa Vista são deles já em situação de rua. A população era principalmente composta por mulheres e crianças e, apesar de estarem vestidos com roupas características, muitas pessoas não sabiam identificar que se tratava de um povo indígena.
- Em dezembro de 2016, houve uma tentativa de deportação de mais de 400 Waraos. A deportação foi impedida por

uma ação judicial, e o caso ganhou repercussão internacional, desencadeando os processos de organização da política naquele território que hoje podemos observar.

- No Estado Delta Amacuro vive 90% da população Warao, e os demais se dividem entre os Estados Bolívar, Monagas y Sucre. Dados de 2006 indicavam que 28.633 viviam em comunidades e 7.395 em povoados mistos com criollos em espaços urbanos. Segundo o *Censo de Población y Vivienda*, realizado pelo Instituto Nacional de Estadística (INE) em 2011, a população Warao seria de 48.771 indivíduos.
- Eles viviam em uma região longe da fronteira, ao norte da Venezuela, e estão fazendo o percurso até o Brasil por terra ou embarcações. Destaca-se que os indígenas migrantes são Warao e Panare, de grupos distintos e o percurso do segundo é outro.
- No estado do Amazonas, que também faz divisa com a Venezuela, encontra-se a maioria da população indígena venezuelana.
- Atualmente os Waraos estão nos abrigos exclusivos para indígenas, em Boa Vista e Pacarana, devido à luta da sociedade civil para conquistar esse espaço. Ainda assim, há muito que se avançar nas políticas respeitando a mobilidade tradicional desse grupo. Roraima está vivendo uma grande oportunidade de inventar e recriar formas de acolhê-los.

Mesa 4 – Experiências Locais na Atenção a Migrantes e Refugiados

Coordenação: Ir. Rosita Milesi, Instituto Migrações e Direitos Humanos



Nilsa del Carmen Hernandez, da Valientes por La Vida / História de Vida, é uma migrante venezuelana que chegou ao Brasil há 8 meses, dadas as condições humanitárias daquele país. Durante sua fala, apresentou brevemente um dos grupos que vêm articulando a presença de seus conterrâneos no Brasil.

Principais destaques de sua apresentação:

- Vivemos coisas horríveis. Chegamos na divisa, ficamos em uma praça durante um mês, passamos fome, frio, sede, por contaminação, chuva, sol... pouco a pouco fomos levados a um hospital, que nos deu atendimento, e foi aí que passou pela mente que precisávamos nos ajudar.
- Criamos um grupo de WhatsApp que reuniu mais de 80 pessoas, de todas as idades. É um grupo humanitário, e através dele damos apoio, solicitamos exames. Atualmente conta com apoio político e parceria com organizações internacionais.
- Acreditamos que o ato de compartilhar uma história é uma forma de criar realidade. Só é possível fazer com que as pessoas saiam da invisibilidade quando se conta uma história.
- Precisamos tratar do tema da xenofobia, um tema difícil, mas que quando for discutido poderá diminuir a discriminação.



Jaqueline Ferreira, representante do Unicef/Proteção e Educação em Emergência, apresentou a experiência do Projeto O Bem Comum.

Principais destaques de sua apresentação:

- O Unicef foi criado pós-Segunda Guerra Mundial para atender crianças que ficaram órfãs. Atualmente estão em 197 países e também em qualquer outro país que esteja em situação de emergência. A instituição está em Roraima des-

de agosto/2018, com o objetivo de colocar as crianças e adolescentes na centralidade das ações, uma vez que as crianças sofrem os efeitos físicos e psicológicos e legais da migração, e que têm seus próprios interesses: estudar e serem protegidas de todas as formas de violência.

- O Projeto O Bem Comum é uma realização da Fraternidade - Federação Humanitária Internacional, em parceria com outras instituições, e dispõe de uma escola em Pacaraima, e também espaços de aprendizagem nos abrigos, para que a criança possa manter contato com conteúdos educacionais e socialização, além de manter vínculos comunitários e culturais. A ação também busca gerar elementos para *advocacy* com sistemas formais de educação. É um espaço para preparar a criança para o sistema formal, e manter vínculos culturais.
- Atualmente são cerca de 1700 crianças em abrigos frequentando diariamente os espaços de aprendizagem.
- O UNICEF é muito procurado em relação às crianças fora da escola, mas uma questão maior que essa é preparar a escola para receber os migrantes. Há diversos casos de discriminação que precisam ser trabalhados. Forçar a criança ir para escola e fragilizar a rede não faz sentido. É preciso criar condições para que todos se integrem verdadeiramente.
- A Prefeitura de Boa Vista e o Governo de Roraima têm quase 4000 crianças venezuelanas matriculadas. Há um número enorme de inclusão, mas há diversos meninos e meninas integrados ao sistema. Além disso, há parquinhos, que são espaços para brincadeira, e os pais têm a formação sobre violência. É preciso reconhecer os avanços para inclusive trabalhar juntos.



Ir. Telma Lages, do Centro Migrações Direitos Humanos - CMDH, apresentou um breve resumo da atuação de sua instituição em Roraima ancorada em três pontos: realidades, desafios e esperanças.

Principais aspectos de sua apresentação:

- Há 3 anos a situação em Roraima era muito diferente. Desde os primeiros levantamentos, gritos e clamores, desde os indígenas nas ruas e as pessoas achando que a saída era tirar as crianças das mães.... a gente começou ali a conseguir parcerias, até que a Polícia Federal, a universidade, o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, começaram a olhar para essas demandas e hoje chegamos neste momento da história.
- O CMDH atende 100 famílias em situação de alta vulnerabilidade social, além das famílias que necessitam de regulamentação migratória e qualificação profissional. O grande desafio é sustentar o trabalho, porque vem o cansaço, a falta de recursos, as perseguições. Eu, pessoalmente, estava muito cansada em maio, e em uma ida para a escola, vimos uma família andando sentido Pacaraima. Era uma família de 3 pessoas, um pai, uma mãe e uma criança de 3 anos. A família disse que estava voltando porque eles conseguiram arroz e levariam para os familiares que estavam com fome. Naquele momento, pensei que se uma criança consegue carregar 2 kg de arroz por 200 km, eu consigo encarar meu trabalho.
- Os desafios são muitos, e as agências internacionais não podem se destinar apenas aos refugiados que estão em situação de abrigo. Se temos 200 abrigados, temos mais de 20 mil sem abrigo e que precisam de atenção. Onde tiver um direito violado, é preciso combater. Muitas vezes nós mesmos violamos direitos e não percebemos.
- Ainda assim, há esperança de que grandes ações são importantes, mas que as conversas ao pé da orelha são fundamentais. Nesse sentido, houve bastante apreensão por parte da sociedade civil em relação à chegada das Forças Armadas no território, mas hoje reconhecem que foi importante e que efetivamente está havendo trabalho conjunto.



Pe. Jesus de Bobadilla, da Pastoral da Mobilidade, teceu considerações sobre como Roraima tem recebido a população venezuelana, e os desafios do país em relação à interiorização.

Principais destaques de sua apresentação:

- Todos somos migrantes, de diferentes safras e tempos. *“Fomos um dia acolhidos, um dia integrados e agora é hora de acolher e integrar. Abençoadas as pontes que unem os povos, e todos nós que somos construtores de pontes, estendendo a mão para quem está, hoje, precisando da nossa ajuda”.*
- Acolher migrantes venezuelanos significa acolher as populações indígenas e não indígenas, cada um com suas especificidades.
- A cidade de Pacaraima, no início, lucrou com os migrantes. O primeiro movimento foi de acolhida, porque eles estavam formando a cidade, mas isso aos poucos foi mudando, a cidade se transformou, porque com os venezuelanos vieram as máfias, o tráfico de drogas, os homicídios, a violência. A situação da cidade se converteu em pesadelo, e pouco a pouco o cidadão brasileiro transformou o venezuelano em elemento não desejado. Ao mesmo tempo, foi espantoso ver os Waraos morando na rua, no chão da rodoviária. A resposta da cidade foi fechar o banheiro da rodoviária, e as pessoas começaram a fazer suas necessidades na rua.
- A Pastoral da Mobilidade começou oferecendo café da manhã para as pessoas, e em pouco tempo subiu de 20 para 1500 café diários. Criaram o Centro de Atenção do Migrante, que dava atenção básica, e logo criaram o Centro de Atendimento Infantil, que atualmente atende a mais de 200 crianças, com professores indígenas Waraos. Só foi possível criar a estrutura atual com parcerias (Igreja dos Mórmons, Fraternidade Internacional entre outros).
- No início e durante um tempo considerável, nenhum órgão do poder público acolheu os indígenas que estavam nas ruas. O povo venezuelano foi ameaçado e perseguido pelos cidadãos brasileiros. As pessoas queimaram barracas e apedrejaram crianças, motivados pelo assalto de um estabelecimento brasileiro por um homem venezuelano. Todo esse mal-estar é de responsabilidade do estado, que não criou condições para receber o fluxo migratório. A presença do Exército, nesse sentido, *“foi uma maravilha, porque botou ordem e colaborou na estruturação da cidade de Pacaraima”.*
- Muito se fez no sentido da acolhida, mas na parte da integração pouco foi realizado. *“Para integrar, primeiro temos que desintegrar. Isso significa mudar o preconceito que temos com os venezuelanos, de que eles são um perigo, são vagabundos. É preciso pensar em projetos que alterem a visão dos brasileiros, pois a xenofobia é um perigo imenso.”*

Debate das mesas 3 e 4

As questões trazidas durante o debate trataram, primordialmente:

- do interesse em compreender como funcionam e como sobrevivem as organizações da sociedade civil que atendem a população migrante.
- da sugestão de, nas férias, as escolas públicas próximas aos abrigos estarem disponíveis para realização de atividades com as crianças migrantes.
- da possibilidade de, em 2019, integrar professores venezuelanos às escolas da região, facilitando o trabalho com adolescentes venezuelanos.
- da capacidade que um evento como este Seminário tem de incentivar outras iniciativas de acolhimento e integração entre brasileiros e venezuelanos.
- da necessidade de identificar o quanto a resposta humanitária está impulsionando a economia de Roraima

(cadeia de alimentação, transporte, hospedagens), para que se possa identificar os fornecedores e como envolvê-los de maneira mais estratégica na cadeia do trabalho.

- da necessidade de haver, de uma vez por todas, políticas públicas de estado, e não políticas de governo, para que se respeite a população.
- da disponibilização do Centro de Formação da Secretaria de Educação em fazer formações de professores da rede e também venezuelanos, em temas como acolhida, migração, educação bilingüe, educação intercultural, acolhida de crianças migrantes, questão da não documentação da criança.

3. OFICINAS

Oficina 1 - Nova Lei de Migração, Lei do refúgio, Direitos e Acesso à Justiça

Responsáveis: João Chaves (DPU) e Guadalupe Louro Turos Couto (MPT)



Objetivo(s): Apresentar a nova legislação de migração e refúgio e identificar desafios e estratégias, no âmbito local e nacional, para melhor integração de migrantes venezuelanos à sociedade brasileira.

Programação da oficina:

- Apresentação dos participantes
- Levantamento de percepções relativas à interiorização e integração, através do software Mentimeter
- Discussão em subgrupos: Quais propostas e encaminhamentos para integrar o migrantes?
- Apresentação das propostas dos subgrupos
- Encaminhamentos finais

Resumo da atividade:

Para iniciar a atividade, os participantes dialogaram sobre a pergunta *Feita a acolhida, quais são os próximos para integrar?* Destaca-se da conversa:

- a necessidade de inserção no mercado de trabalho, a oferta de trabalho digno e o acesso a renda;
- o reconhecimento de diplomas, bem como a oferta de cursos profissionalizantes;
- a oferta de diferentes estratégias de ensino da língua portuguesa;
- o acesso a políticas de saúde, assistência social, educação, lazer, habitação e alimentação;
- o cadastramento de todos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
- o acesso ao sistema financeiro;

- a oferta de postos de trabalho em todo do Brasil;
- a garantia de estada regular/regularização migratória;
- a realização de trabalhos de sensibilização, conscientização e formação dos brasileiros residentes em local de acolhida e integração de migrantes, buscando evitar xenofobia, com ênfase no tema direitos humanos;
- a necessidade de articulação entre governos locais e sociedade civil, bem como de escuta das demandas das populações migrantes;

Na sequência, foram convidados a responder *Quais são os parceiros para a integração?*. Destaca-se:

- Defensoria Pública, Ministério Público, Forças Armadas;
- Sociedade civil organizada do Brasil e da Venezuela, bem como organizações internacionais que atuam com direitos humanos;
- Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar;
- Governos municipais, estaduais e federal, especialmente através das Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação
- Sistema S (Sesc, Senat, Senai etc)
- Organismos internacionais pertencentes ao Sistema ONU
- Imprensa
- Parcerias público-privadas
- Comunidade local

Feita a visualização das respostas acima, os facilitadores abriram espaço para considerações dos participantes. Principais destaques:

- para que se consolidem parcerias para integração, é necessário estabelecer uma estratégia que envolva outros atores governamentais, não apenas os que atuam na temática da migração;
- interiorizar não significa, necessariamente, integrar. A interiorização deve ser vista como uma medida emergencial, mas é necessário pensar mecanismos de integração em Boa Vista, como forma de garantir moradia e trabalho aos migrantes que queiram ficar próximo à fronteira;
- a interiorização acontece com sucesso quando já se tem grupos de migrantes interiorizados e integrados, que atuam como referência para os novos migrantes;
- não há no Brasil um sistema integrado de empregos, então há grande dificuldade de entender o cenário, as necessidades e demandas do mercado brasileiro;
- o governo estadual e municipal têm sido ausentes nas políticas de integração local em Boa Vista, e isso se traduz em oferta de pouca estrutura e nenhuma preocupação efetiva com o tema. Ao mesmo tempo, a demora do estado para reagir às demandas da realidade está relacionada com as burocracias e “tempo estatal”;
- um migrante venezuelano participante da oficina relatou que fez o processo de migração no início da Operação Acolhida, e que até agora teve acesso apenas a um curso de Português. Disse, ainda, que apesar de todos os participantes do grupo estarem focados em colaborar com a realidade dos venezuelanos, quase ninguém ali entende como é o processo de migração. Por fim, destacou que as mulheres migrantes sofrem muito mais nesse processo pelas questões de exploração de trabalho e sexual, e que a situação vivida por eles está realmente difícil. Ele defende um processo de escuta direta do público beneficiado, entender suas demandas e pensar se é possível encontrar caminhos mais efetivos;

Na sequência, os participantes foram divididos em três subgrupos, que comportavam a maior representatividade possível de instituições, para dialogar a respeito da questão *Quais as propostas e encaminhamentos para integrar?* Abaixo, os principais aspectos apontados por cada grupo:

Grupo 1

Inclusão Laboral

- Criação de cursos de línguas e escola de formação com foco em fortalecer a economia local e facilitar o processo de integração e regionalização. A proposta é unificar diferentes iniciativas de formação em um único centro.

Educação

- Fomento a políticas públicas que tenham como foco facilitar a revalidação de diplomas, a tradução e acesso a documentos, tornando o processo menos oneroso, mais rápido, garantindo assim a segurança jurídica dos migrantes. Um exemplo poderia ser a não obrigatoriedade de tradução juramentada de alguns documentos.

Moradia

- Replicação do modelo de acolhimento inicial em abrigos de Boa Vista e Pacaraima em outras cidades e garantir casas subsidiadas pelo Estado como forma de fortalecer o processo de integração.

Grupo 2

Saúde, Educação, Assistência e Trabalho

- Capacitação dos profissionais de políticas públicas de serviços essenciais para acolhida e recebimento de migrantes.
- Promoção de processos que articulem as 3 esferas de poder, garantindo comunicação e respeito aos fluxos de políticas para migrantes e não migrantes.
- Investimento na criação de estruturas permanentes, que possam ficar de legado para o município e estado, como os postos de triagem e centros de acolhida.

Propaganda

- Criação de propagandas que mostrem as vantagens da migração para a população local.

Grupo 3

- Estabelecer parcerias com universidades para agilizar e diminuir os custos do processo de revalidação dos diplomas.
- Cursos de apresentação do mercado laboral brasileiro, em termos jurídicos e culturais, estabelecendo parcerias com os conselhos profissionais, pensando na integração com a profissão localmente.

Finalizada a apresentação dos resultados de cada subgrupo, a facilitadora Guadalupe Louro Turos Couto, destacou que o Ministério Público do Trabalho é parceiro e está à disposição para receber denúncias e colaborar no fomento de políticas públicas que efetivamente colaborem no processo de integração dos migrantes venezuelanos. Quando necessário, as denúncias podem ser feitas online pelo site prt11.mpt.mp.br, ou pessoalmente, com algum agente.



Oficina 2 - Gestão Migratória em Nível Local

Responsáveis: Cyntia Sampaio (ESMPU) e Jennifer Anyuli (CPMig/SMDHC-SP)



Objetivo(s): Promover uma discussão sobre os fluxos migratórios no Brasil e no mundo e apresentar as políticas criadas no município de São Paulo sobre o tema.

Programação da oficina:

- Apresentação dos participantes
- Discussão sobre o processo migratório no Brasil e no Mundo, a partir da canção *Movimiento*, de Jorge Drexler
- Apresentação do caso de São Paulo de acolhida de migrantes

Resumo da atividade:

*Nunca estamos quietos
Somos trashumantes, somos
Padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco
Yo no soy de aquí, pero tú tampoco
De ningún lado del todo y,
de todos lados un poco
(Jorge Drexler)*

Após exibir o videoclipe da canção *Movimiento*, Cyntia Sampaio afirmou que a migração é uma tendência mundial há séculos, e que a realização do Simpósio e das oficinas torna-se um marco fundamental para que se compreenda e aprenda a lidar com esta tendência. Destacou, ainda, que não há uma crise humanitária em Roraima, mas uma crise de gestão migratória, e que reunir atores de diferentes organismos é um passo importante para que se construa uma nova visão local sobre o fato, e estimule vontade política para lidar com a situação.

A atividade seguiu diferenciando conceitualmente a situação de refúgio e de migração. Refúgio, de acordo com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), refere-se a *“pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de “proteção internacional”*. As situações enfrentadas são frequentemente tão perigosas e intoleráveis que essas pessoas decidem cruzar as fronteiras nacionais para buscar segurança em outros países, sendo internacionalmente reconhecidas como “refugiadas” e passando a ter acesso à assistência dos países. Já migração é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. Este não é o caso de refugiados, que não podem retornar às suas casas em segurança e, conseqüentemente, têm direito a proteções específicas no escopo do direito internacional.

O marco legal que regulamenta essa condição é o Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma o *“direito de toda e qualquer pessoa procurar e se beneficiar de refúgio”*. No entanto, nenhum conteúdo claro foi dado à noção de refúgio em nível internacional até que a Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados foi adotada, e o ACNUR foi incumbido de supervisionar sua implementação.

A facilitadora aponta que a Convenção é extremamente importante, tanto que é válida até hoje, mas há um movimento de compreensão mais ampla sobre direito de migração, não só àqueles que vivem em situação grave generalizada, mas também em relação àqueles que não tem condição de desenvolver uma vida digna em seus países. *“As pessoas devem ter o direito de migrar por opção, não apenas por falta de opção”*.

Destaca, também, que mundialmente os movimentos migratórios tem forte predominância de mulheres migrantes, e que ocorrem uma série de violações específicas com esse público. E completa: *“a migração sempre envolve classe social, raça e gênero. Não é algo isolado, e o olhar para o migrante deve sempre levar em conta suas características. Um migrante angolano em São Paulo, por exemplo, tem muito mais dificuldade de arrumar trabalho do que uma pessoa branca de outro país. A origem, cor da pele, pode ser um privilégio ou um ponto de dificuldade. Se hoje eu cruzar a fronteira para a Venezuela, eu levo comigo todas as minhas características, privilégios e opressões, levo minha personalidade”*.

Uma participante aponta que os brasileiros, quando saem do país, admiram a cultura alheia apenas quando é longe da nossa realidade, e que quando ela (a cultura) vem para o país, torna-se feia, repugnante e estranha. A facilitadora ressalta que olhar a pessoa na sua complexidade, e não pelo viés etnocentrista, de considerar o outro como algo estranho, algo exótico, é algo importante para reflexão.

Cyntia afirma que nos últimos anos o Brasil viveu ao menos outros dois fluxos migratórios: em 2010, com a chegada de haitianos, após o terremoto; e em 2012, quando jovens europeus escolheram o Brasil como alternativa à crise econômica. A cobertura da mídia na questão dos haitianos foi positiva, em especial por conta do apelo da questão humanitária para aqueles que viveram um terremoto, e o mesmo aconteceu com o fluxo de europeus. Já no caso do fluxo migratório que Roraima está vivendo, não foi possível emplacar uma visão positiva da questão, e isso está sendo determinante em relação ao modo que este povo está sendo recebido no país.

A facilitadora destaca que a chegada dos migrantes possibilita conseguir mais recursos para os estados e municípios e uma articulação política que reúne diversos atores governamentais, mas para isso é preciso que o gestor esteja convencido e sensibilizado para a temática. O fluxo de migrantes pode ser usado para criar equipamentos, estrutura, que seguem, independente do gestor. Há um discurso de *“mas vocês querem mais pra eles que para os próprios brasileiros”*, ao invés de perceber a migração como uma oportunidade de melhoria das políticas públicas para todos.

Cyntia conclui que, no caso de Roraima, é inegável que o fluxo migratório trouxe visibilidade para um território pouco conhecido no Brasil e aumentou as possibilidades de emprego. Neste contexto, é preciso alimentar um sentimento de que aquilo que for construído por ocasião de um fluxo não é apenas para uma população específica, mas um patrimônio, um legado que fica para a sociedade como um todo, pois é resultado do fortalecimento de atores e instituições. Essas mudanças não são pontuais, mas são embriões que geram mudanças duradouras.

Experiência de São Paulo

Jennifer Anyuli é a primeira mulher migrante que está a frente da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente. Abaixo, um resumo de sua apresentação:

O município de São Paulo possui 385.120 migrantes em situação migratória regular, oriundos de mais de 150 países. É a cidade brasileira que recebe a maioria dos migrantes, ainda que o total represente apenas 3,4% da população paulistana (em um universo de 12,1 milhões de habitantes).

A Política Municipal para População Imigrante (Lei 16.478/2016 e Decreto 57.533/2016) mudou a ótica de como a cidade encarava a situação desta população. De acordo com o texto oficial, *considera-se população imigrante, para os fins desta lei, todas as pessoas que se transferem de seu lugar de residência habitual em outro para o país para o Brasil, compreendendo imigrantes laborais, estudantes, pessoas em situação de refúgio, apátridas, bem como suas famílias, independente de sua situação migratória e documental.*

Essa definição do público-alvo desconstrói uma série de elementos considerados clássicos sobre como compreender o fenômeno da migração, e permite que sejam desenvolvidas ações que garantam isonomia entre um imigrante e um brasileiro, e que independente da situação migratória e documental, sejam assegurados e promovidos direitos. A política tem como objetivos a promoção e fomento à participação social; a promoção e defesa dos direitos da população imigrante e o fortalecimento institucional.

Há um forte aspecto de transversalidade, na política pública, que diz respeito ao trabalho que envolve órgãos diferentes para um determinado fim ou para uma determinada política. É preciso articular as políticas públicas para a população imigrante no município de forma transversal e participativa. Há a necessidade do trabalho em rede entre setores e órgãos, e isso é uma forma de enxergar esses indivíduos em sua complexidade.

São atribuições específicas da Coordenação:

- (i) articular a implementação da PMPI e coordenar o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI);
- (ii) promover a integração local, a igualdade de direitos e de oportunidades aos imigrantes que garantam acesso universal aos serviços públicos, o respeito à diversidade e à interculturalidade, combatendo a xenofobia e toda forma de discriminação;
- (iii) coordenar e fortalecer o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI;
- (iv) fomentar a participação social dos imigrantes na formulação de políticas públicas;

Foram realizados diversos levantamentos de dados para entender a realidade local em relação a nacionalidades, línguas, etnias, perfil social e demográfico, além de uma vasta pesquisa sobre quem são os atendidos nos serviços públicos do município. O trabalho incluiu pesquisas para conhecer a realidade atual de um imigrante da cidade, em termos de associação a grupos, coletivos, organizações, pontos de encontro, etc. Também foi investido na tradução de materiais já existentes ou criados a partir da realidade local, visando a promoção do acesso à informação e garantia do acesso aos serviços públicos. O pano de fundo desta ação, segundo Jennifer Anyuli, é assegurar ao imigrante voz ativa no processo decisório, além de estimular a organização de grupos ou órgãos consultivos para debater e propor ações específicas e coletivas.



Uma das ações realizadas foi a criação do CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, primeiro serviço do tipo no país, gratuito e de portas abertas a todas as nacionalidades. Neste local, a maior parte dos atendimentos são realizados por imigrantes, em nove idiomas. São, em média, 900 atendimentos/mês, e tratam sobre regularização migratória, encaminhamentos para a rede pública de serviços, empregabilidade, além de apoio jurídico e de saúde mental.

A empregabilidade, por sua vez, é vista como uma área de promoção e defesa de direitos, e nela são desenvolvidas ações como a Comissão Temática de Empregabilidade do GT Interiorização, apoio à bancarização dos migrantes e curso de educação financeira com o Banco Central. Para o sucesso dessas ações, foram feitas formações com servidores públicos, buscando garantir o atendimento humanizado e o acesso a direitos fundamentais aos imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, portadores de vistos humanitários e suas famílias nos serviços públicos municipais.

Outro projeto importante é o *Portas Abertas: Português para Imigrantes*, que a partir da Portaria Intersecretarial SMDHC/SME nº 002/2017, definiu a criação de curso de português contínuo, gratuito e certificado, com material didático próprio e capacitação específica para professores, em parceria com o Centro de Línguas da USP. O curso é oferecido em 13 EMEFs, em níveis básico, intermediário e avançado e faz parte do Projeto Político Pedagógico das Escolas.

Destaca-se também, o Conselho Municipal de Imigrantes, órgão consultivo vinculado à Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e tem atribuição de monitorar e avaliar a implementação da Política instituída por lei.

Para 2019, alguns projetos estão sendo pensados:

- Trabalho de base: mais proximidade com as comunidades imigrantes;
- Seminário Internacional sobre Educação para Imigrantes;
- Criação de um curso para a capacitação de servidores EAD ENAP;
- Nova campanha contra a xenofobia e promoção do trabalho decente;
- Pesquisa sobre a população imigrante em São Paulo;

Finalizada a apresentação, abriu-se para debate e um participante fez uma sugestão: *“quando se fala em trabalho, se fala em emprego, e talvez a solução esteja não nas cidades, mas no campo. O caminho talvez não esteja no emprego, mas no acesso à terra, não no acesso à carteira de trabalho, mas no empreendedorismo da terra. O direito à terra também precisa ser assegurado a esta população, e um caminho poderia ser fazer levantamento de perfil desses imigrantes, buscando identificar suas origens, questões e demandas”*.

Oficina 3 - Gênero, Migração e Rede de Proteção – Onde eu me insiro?

Responsáveis: Patrícia Melo (UNFPA) e Leila Adesse (Fiocruz)

Apoio: Evelyn Luz, Yareidy Perdomo e Lukas Rezende (UNFPA)



Objetivo(s): O objetivo da oficina foi promover o conhecimento mais aprofundado sobre formas de violência baseada em gênero no contexto de migração, com ênfase no que pode ser feito para acolher, ajudar e proteger as vítimas, mas principalmente, fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e população LGBTTI em Roraima.

Programação da oficina:

- Apresentação da oficina, das responsáveis e dos participantes
- Introdução ao tema a partir de vídeos disparadores
- Estudo de caso com proposição de fluxo de atendimento

Resumo da atividade:

Houve momentos de explanação, conversa entre o grupo de participantes, espaço para compartilhamento de relatos e questões e discussão de casos em pequenos grupos em relação aos seguintes temas:

- Mecanismos legais e dispositivos existentes no território para casos de violência baseada em gênero (VBG)
- Reflexão sobre o papel de cada ator na rede de proteção de Boa Vista, o funcionamento dos serviços existentes, e a atuação dos profissionais que atendem mulheres, crianças, adolescentes, LGBTTI e refugiados vítimas de violência no contexto migratório;
- Fortalecimento da rede de proteção de Boa Vista e construção de um fluxo de atendimento para casos de violência contra esse público

A facilitadora Patrícia Melo se apresentou e informou que a outra facilitadora, Leila Adesse, não estaria presente na atividade. Afirmou que, para falar sobre cuidados, é preciso se conhecer. Convidou, então, os participantes a escreverem uma palavra num retalho de pano, que representasse a prática profissional de cada um e se apresentarem a partir disso.

Apresentação dos participantes:

- Verônica. Polícia Rodoviária Federal. *Humanidade (salvar vidas)*. “No meu trabalho salvo vidas de todas as maneiras, seja na ação direta de salvamento ou em ações humanitárias.”
- Vitor. Venezuelano, vive no Brasil há dois meses. Advogado. *Humanidade*. Sempre foi voluntário em trabalhos de direitos humanos.
- Isabela. Ministério Público Federal. *Minorias*. “Minha instituição trabalha na defesa das minorias. Eu trabalho especificamente com indígenas.”
- Michele. Ministério Público Federal. *Minorias*. “Minhas atuação é na área de direitos humanos. O MP tem um papel fundamental na defesa das minorias.”
- Solange. Psicóloga e professora, ONU Mulheres. *Desenvolvimento*.
- Lisane. Assistente social, trabalha com crianças. *Garantia de direitos*.
- Rosário. Assistente social, trabalha em abrigos com adolescentes. *Acolhimento*.
- Viviane. Núcleo de mulheres de Roraima, estudante de mestrado em sociologia. *O outro*.
- Geisa. Assistente social do Centro de Migrações e Direitos Humanos. Trabalho voluntário atendendo migrantes. *Voluntária e direitos*.
- Isabel. Venezuelana. *Diversidade*. “Somos diferentes todos nós.”
- Carolina. Funai/Brasília. *Força*. “A Funai tem acesso a diversos locais de atuação, mas também está envolvida em muitas disputas políticas, é preciso muita força para realizar o trabalho.”
- Gisele. Assistente social, trabalha na maternidade. *Cuidar*. “Meu trabalho demanda olhar e cuidado para as mulheres que se encontram internadas.”
- Socorro Santos. Assistente social, trabalha com violência doméstica. *Integralidade*. “Procuro em meu trabalho constituir uma rede integrada de atendimento e atenção.”
- Zenira. Assistente social em Paracaima. *Família*. “Trabalho direto com a migração venezuelana e indígena.”
- Elisabete. Psicóloga. *Resiliência e empoderamento*. “Os casos de mulheres que recebemos nos inspira resiliência e empoderamento para proteção.”
- Marcela. Legista e perita, diretora do IML em Roraima. *Amo meu trabalho*. “Atendemos todo o tipo de pessoas.”
- Dulceia. Enfermeira. *Troca*. “Eu consigo receber mais do que eu ofereço às pessoas.”
- Nara. Psicóloga no CAPS. *Compromisso*. “É preciso ter compromisso com o usuário do serviço.”
- Tânia. Assistente social do CAPS. *Direito*. “Somos vistos como assistencialistas, mas não é esse nosso trabalho, trabalhamos com o que é direito das pessoas.”
- Lucileia. Assistente social do CAPS. *Humanização*. “Todo profissional quando vai receber um usuário do serviço precisa ter uma postura de humanização frente a ele.”
- Vanessa. Assistente social. *Proteção*. “Minha militância é com os direitos da criança e do adolescente, que hoje tem seus direitos violados, tanto nas instituições de atendimento quanto na sociedade civil e nas famílias.”
- Leila. Assistente social e professora da universidade estadual de roraima. *Defesa de direitos*. “É o que precisamos, especialmente com a população migrante.”
- Mariana. Antropóloga e professora. *Movimento*. “Individualmente e coletivamente é uma palavra que me define.”
- Riqueli. Assistente social e professora na universidade estadual de roraima. *Direitos*. “Trabalho com direitos da saúde, em especial de mulheres.”
- Elionai. Assistente social. *Acolhimento*. “É onde tudo começa.”

- Patrícia. Fisioterapeuta e especialista em violência baseada em gênero. *Resistência*. “Pra continuarmos e garantir direitos, precisamos ter resistência.”

Após a apresentação, criou-se uma colcha de retalhos com as palavras apresentadas por cada participante. O grupo, então, construiu uma caixa de ferramentas que pode fortalecer o trabalho de cada um a partir das várias possibilidades para se interconectar e garantir a proteção. No grupo estavam presentes muitas assistentes sociais de diferentes locais, além de seguranças, membros do SUS, organismos internacionais, profissionais da educação e Ministério Público. Os quatro grandes elos que trabalham com migração estavam representados.

Na sequência, teve início uma discussão sobre o tema a partir de perguntas lançadas pela facilitadora: *Por que é importante discutir gênero, violência e migração?* Como resposta o grupo destacou que, pela situação de vulnerabilidade em que a mulher migrante se encontra, ela está sujeita a diversas violências, ainda mais do que uma mulher fora da condição de migrante. A facilitadora destacou que, como a prática de todas as presentes já está vinculada com a questão de migração e violência de gênero, não seria preciso fundamentar que violência de gênero é um fato. Então, seguiu a discussão questionando *Por que as pessoas migram?* Como resposta, destaca-se que ninguém sai da sua terra simplesmente porque quer mudar. Isso acontece por uma situação que se impõe; a pessoa busca uma realidade melhor em algum aspecto. “*A esperança move a mudança*” é uma frase recorrentemente dos migrantes. Fenômenos migratórios são de longa data, sempre aconteceram. Os povos que são forçados a migrar vêm de um grande processo de espoliação, e populações indígenas e negras são o principal público.



Na sequência, após afirmar que todos do grupo são migrantes e majoritariamente também mulheres, a facilitadora reforçou que a migração é o deslocamento forçado por situações estruturais e apresentou um vídeo da UNFPA e da rede Acolher, que apresenta o perfil de migrantes. Abriu para diálogo, na sequência um outro vídeo da UNFPA, que relata a história de uma mulher chamada Carla, e aprofunda o tema migração de mulheres e as vulnerabilidades específicas a que estão sujeitas. Principais considerações do grupo a respeito:

- Existe uma dificuldade em reconhecer a história da pessoa com quem cruzamos na rua, em olhá-la e identificá-la para além da situação de migrante. Muitos têm formação acadêmica e na sua condição atual essa diplomação não tem valor.
- as informações que circulam sobre essas pessoas são superficiais nos canais de comunicação, e colaboram para a construção de um estereótipo que não as valoriza.
- Existem muitas histórias de abusos e violências, e vídeos como esse, que dão visibilidade a questões importantes, deveriam ser divulgados mais amplamente.

Na sequência, Patrícia Melo propôs uma série de perguntas pensando na personagem do vídeo como uma usuária dos serviços de migração:

Facilitadora: O que fazer quando recebemos uma mulher como Carla?

Grupo: Primeiro não duvidar. Muitas vezes as histórias de abusos sexuais são julgados.

Facilitadora: O que fazer por Carla quando ela ainda está na rua, ainda não chegou no equipamento?

Grupo: Ouvir e encaminhar. Para trabalhar com prevenção é preciso trabalhar com informação. Talvez usar mídias eletrônicas para a construção de uma rede de apoio que anteceda as violências e o atendimento. As informações sobre serviços de acolhimento tem que ser dadas na chegada na fronteira. Além de informações, há necessidades básicas (alimentação, por exemplo) que precisam ser resolvidas. Outra demanda é informar a sociedade sobre a responsabilidade que ela tem no acolhimento de Carla. O olhar deve ser tanto para o oprimido quanto para o que oprime. Trabalho com homens agressores é uma frente importante, por exemplo.

Facilitadora: E quando eu identifico que Carla está trabalhando numa fazenda, em situação de violência. O que fazer?

Grupo: Essas mulheres precisam ser sensibilizadas de sua situação de violência, mas esse não é um movimento fácil. É difícil saber de sua situação, chegar até elas, tratar desse assunto e sensibilizá-las para sua própria situação. Tratar individualmente um caso isolado sem uma rede de apoio pode gerar ainda mais problemas. Muitas vezes esses casos estão debaixo do nosso nariz. A rede precisa estar atenta para identificar quando os casos estão vulneráveis a mais violações. É preciso ter um olhar atento sempre. É difícil a gente ver essas situações e fingir que não existem. Não dá pra ficar na zona de conforto depois de ter conhecimento. A intuição faz parte do atendimento. Em relação ao atendimento, para quem é estrangeiro, a língua é uma barreira. Quando cheguei ao Brasil eu senti muita desconfiança, porque não entendia o que as pessoas falavam pra mim. Esse é um cenário recorrente. A primeira impressão precisa ser desconstruída. Estabelecer vínculo é essencial. O olhar para além do quadro inicial, para descobrir o que pode estar por trás daquela história. Procurar construir uma relação de confiança. Olhar no olho em pé de igualdade, estar aberto à escuta.

Após esse momento, a facilitadora fez uma apresentação destacando as vulnerabilidades da mulher migrante, com destaque para a ideia de que existe uma preocupação das mulheres migrantes em trânsito que gira em torno da manutenção da vida dos filhos e da resolução ou prevenção de questões de saúde. As principais violações são maus tratos, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, sequestros, extorsões, abusos sexuais, abandono de pessoas, roubos violentos, tráfico de pessoas, recrutamento forçado e assassinato. A resolução dos problemas tem que vir alinhada ao oferecimento de outras opções e possibilidades, correndo o risco de retorno à situação anterior se não houver outro cenário sendo construído.

Ela apresentou as perguntas norteadoras para orientar o tratamento de casos que chegam no serviço de acolhimento:

- Como acessar a rede? (formal e informal)
- Onde busco cuidados de saúde?
- Onde busco proteção?

Um questionamento surgiu sobre o atendimento de mulheres indígenas e o grupo trouxe relatos sobre o tema. Apontaram que trabalhar com indígenas é muito difícil por conta da barreira linguística e cultural. Contam que receberam da Polícia Rodoviária Federal duas crianças indígenas que estavam sendo vítimas de exploração sexual pela própria família e encaminharam-nas para o abrigo. Lá, elas foram encaminhadas para o seu país de origem e para outros familiares. Uma preocupação é que muitas vezes quando as pessoas são encaminhadas para outros serviços não há uma devolutiva sobre o encaminhamento do caso. A facilitadora esclareceu que é importante deixar claro que o retorno voluntário ao país de nacionalidade, no caso de solicitantes de refúgio, para além de considerar a vontade de retornar da pessoa, é preciso que sejam avaliados os riscos para: 1) apoiar a vítima/ tutor/família na tomada de uma decisão informada sobre o retorno e 2) decidir se o governo brasileiro irá devolver a vítima, considerando a salvaguarda do princípio de não-devolução.

Outro ponto é o aumento do número de venezuelanos no atendimento da maternidade, mas não de mulheres indígenas. Isso não necessariamente significa que elas estejam sofrendo violência, apenas que não têm acessado esse serviço.

Na sequência, a facilitadora dividiu os participantes em quatro grupos e apresentou para cada um deles um caso, baseado numa história real, para que eles pensassem o encaminhamento a ser feito em cada situação. O grupo recebeu as seguintes orientações:

Trabalho de Grupo

- 1) Cada grupo deve eleger um facilitador, para coordenar as atividades, e um relator, para registrar as discussões.
- 2) O facilitador lerá as presentes instruções e entregará aos participantes o estudo de caso do grupo.

3) O grupo então dará início à discussão do caso e proporá as possibilidades de fluxo de atendimento para garantir a atenção integral que o caso requer (utilizando as tarjetas e cartolina disponíveis).

Observações

A construção do fluxo de atendimento deverá levar em conta possíveis distorções ou discordâncias com relação aos encaminhamentos da vítima, as possíveis causas do precário atendimento em algum ponto do fluxo, a adequação à demanda apresentada pela queixa, bem como propostas de solução.

Para nortear as discussões, sugerem-se as seguintes perguntas disparadoras:

1. Que direitos foram violados?
2. Quais os equipamentos existentes no território para atenção ou proteção à vítima do referido caso?
3. Como realizar a abordagem do caso?
4. Qual a porta de entrada que mais se adequa ao caso?
5. Qual o itinerário intersetorial que mais se aproxima das demandas do caso?
6. O que deve ser levado em conta ao abordar o caso?

Os grupos tiveram cerca de 30 minutos de discussão e apresentaram seus encaminhamentos na sequência.

Caso 1: Solicitante de Refúgio - Adolescente

Johan tem 16 anos, saiu da Venezuela e veio ao Brasil buscar trabalho para enviar dinheiro à sua família. Sua mãe e dois irmãos mais novos permaneceram no país devido à falta de dinheiro para vir ao Brasil.

Desde a chegada, Johan passou por diversas dificuldades. Não conseguiu emprego, acabou o dinheiro. Passou a dormir na rua em Pacaraima. Uma noite, ele foi assaltado, levaram o dinheiro que restava e toda a documentação.

Depois do incidente, Johan decidiu vir à pé até Boa Vista. Após 5 dias, ele chegou à cidade, mas sem conhecer ninguém e sem ter recursos, permaneceu em situação de rua. Johan foi identificado pelo atendimento do IMDH, que imediatamente acionou o Conselho Tutelar por se tratar de um adolescente desacompanhado. Entretanto, houve resistência do conselheiro de plantão por se tratar de um adolescente de outra nacionalidade.

Quais passos devem ser tomados para garantir a proteção de Johan, tendo em consideração que ele não possui nenhum parente em território brasileiro?

Trabalho do grupo:

As violações sofridas por Johan estão ligadas aos direitos à moradia e abrigo, por ter ficado na rua e viajando nesse meio tempo; direito à alimentação, já que não teve acesso a alimentação adequada no percurso; e o direito de acesso à justiça, pois foi assaltado e não acessou nem foi encaminhado a uma delegacia. Houve também uma irregularidade do conselho tutelar que deve atender qualquer criança e adolescente independente de sua nacionalidade e não o fez no caso de Johan.

A primeira acolhida seria via IMDH, oferecendo comida e banho. O segundo passo seria encaminhar o jovem ao conselho tutelar e dali para o CRAS a fim de ser encaminhado para um abrigo. Como o Conselho Tutelar não fez esse atendimento, seria necessário encaminhar a questão para a Promotoria de Infância e Juventude do Ministério Público Estadual para o órgão providenciar na justiça as medidas de encaminhamento do menor e averiguar a negligência do Conselho Tutelar.

No abrigo, ele poderia ser encaminhado para retornar aos estudos e buscar um emprego com carteira de trabalho, para evitar que ele caísse numa rede de exploração. Poderia também ser encaminhado para a rede de saúde.

Como ele não tem parentes no Brasil seria necessário entrar em contato com o Consulado da Venezuela e com a Polícia Federal para buscar os familiares em seu país de origem.

Caso 2: Violência Doméstica

Carmen e José, casados, migrantes, atualmente residem em Boa Vista em uma casa alugada com várias outras famílias. Desde o início do casamento, Carmen sofre violência doméstica, mas sempre escondeu essa realidade dos outros, pois sua família possui situação financeira precária e ela teme não ter para onde ir caso se separe do marido.

As agressões ocorrem principalmente quando José está alcoolizado e se intensificaram após o deslocamento for-

çado deles ao Brasil. Além da violência física, por vezes José comete violência sexual contra sua esposa, obrigando-a a ter relações sexuais com ele contra a sua vontade

Mesmo temendo as consequências, Carmen decidiu se separar quando ele chegou em casa alcoolizado e agrediu seu filho de 8 anos, que tentou defendê-la do pai. Nesse momento, Carmen anunciou que ia embora de casa e foi apunhalada por José com uma faca da cozinha. Logo após a facada, José fugiu e não se sabe o paradeiro dele.

Carmen sobreviveu à facada, entretanto teme que a qualquer momento José retorne e faça algo à ela e ao seu filho. Ela já registrou boletim de ocorrência e solicitou medida protetiva, mas como não se sabe o paradeiro de José, a medida não pôde ser concretizada.

Nesse caso, quais as formas de garantir a proteção de Carmen e de seu filho?

Trabalho do grupo:

Os direitos violados foram os direitos da mulher, da criança, da integridade física, do direito à vida e à liberdade. É uma situação em que a migrante já tem uma vulnerabilidade por ser mulher, além de ter uma criança.

A porta de entrada do atendimento seria o hospital, a casa de saúde, por conta da violência física. Lá a mulher receberia um atendimento interdisciplinar: atendimento médico, psicológico e psicossocial. O IML seria também acionado para corpo delito. Na delegacia ela registra o B.O. e tem início o acompanhamento do processo criminal via sistema de justiça. Ela também carece de abrigo e acolhimento. O Abrigo de Maria seria o local inicial para casos de violência contra a mulher, que ficam lá por no máximo 3 meses. Ali, receberia atendimento psicológico e seria encaminhada para o CRAS. Por conta da criança haveria encaminhamento para o Conselho Tutelar, para a rede de educação, para a rede de saúde, CRAS, Creas, e Ministério Público como fiscal da lei para acompanhar o processo. Abrigamento definitivo aconteceria num abrigo de migrantes, caso ela quisesse ficar no país. Ela poderia também passar pelo processo de interiorização ou retornar ao seu país de origem, se assim preferisse. No caso de se manter no Brasil, organismos internacionais acompanhariam a retirada de documentação e o encaminhamento para uma rede de posicionamento profissional.

Caso 3: LGBTI

Julia tem 22 anos, é uma mulher trans venezuelana. Foi expulsa de casa ao contar aos pais sobre sua identidade de gênero. Inicialmente, Julia encontrou o apoio de amigos, que lhe ofereceram um lugar para morar enquanto ela buscava um local para si. Mas Júlia não conseguiu emprego e, em vários locais onde apresentou o seu currículo, foi vítima de preconceito.

Julia teve que sair da casa dos amigos e, pelas dificuldades encontradas na Venezuela, decidiu vir ao Brasil.



Sem ter conhecidos, lugar para morar ou recursos, passou a viver em situação de rua no país. Nesse período, Júlia foi agredida por um grupo de homens em um ato de transfobia. Ela foi espancada e hospitalizada em coma devido aos golpes. Julia se recuperou da agressão, mas teme por sua vida caso volte a viver na rua. Ela deseja denunciar os agressores pelo ocorrido.

Nesse caso, como garantir um abrigo seguro e que respeite a identidade de gênero de Julia? E quais passos deve ela seguir para denunciar seus agressores? O que cabe a cada um dos atores da rede nesse caso?

Trabalho do grupo:

Os direitos violados foram o direito à identidade de gênero e à proteção, quando ela não foi acolhida pela própria família e expulsa de casa; ao trabalho, quando foi rejeitada por preconceito; à integridade física, ao ser vítima de violência; à liberdade de expressão e ao acesso a serviços públicos de qualidade (quando internada não deram o suporte necessário para o encaminhamento das denúncias que ela queria fazer).

Os equipamentos a serem acionados nesse caso seriam a Delegacia de Defesa da Mulher, o IML, o Centro Humanitário de Atendimento a Mulher, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados e o Fundo das Nações Unidas para a População.

A abordagem deveria ser feita por uma equipe multidisciplinar especializada e a Maternidade seria a porta de entrada do atendimento, por conta da agressão sofrida. De lá ela seria colocada em contato com a Delegacia da Mulher, que encaminharia o caso para o IML, o qual deveria ser acompanhado por um agente público, para, então, ser encaminhada a um serviço de assistência, como o CREAS.

Caso 4: Exploração Sexual

Betty, 15 anos e vive em situação de rua em Boa Vista. Betty tem quatro irmãos e irmãs mais novos. Seus pais não têm dinheiro e não conseguem cobrir custos de educação, roupas e comida dos filhos. Eles até conversaram sobre Betty abandonar a escola para ajudar sua mãe no mercado.

No entanto, os problemas financeiros da família foram resolvidos quando Betty iniciou um relacionamento sexual com José, um empresário de 45 anos que também reside em Boa Vista e conheceu Betty quando ela trabalhava nos sinais. José prometeu pagar os gastos com educação de Betty e de seus irmãos e irmãs para que eles continuassem frequentando a escola. Os pais de Betty estão aliviados com esta oportunidade e encorajam a filha a manter o relacionamento. Afinal, graças ao apoio financeiro de José todas as crianças podem continuar na escola.

O relacionamento de Betty e José é conhecido por todos. Há pessoas que discordam pela diferença de idade entre os dois, mas a maioria vê a relação como algo normal e inclusive positivo, pois a família está se beneficiando com a situação. Há relatos de que é comum pessoas com mais de 18 anos mantenham relações afetivas e sexuais com menores de idade na comunidade de onde Betty veio.

Quais passos devem ser tomados para proteger Betty e seus irmãos e para responsabilizar José e aqueles que permitiram que o relacionamento acontecesse? Quais ações podem ser tomadas para evitar que novos casos aconteçam nessa comunidade? Quais os direitos foram violados no caso?

Como oferecer suporte e garantir o acesso de Betty à proteção? Quais são os serviços aos quais Betty pode ter acesso para responder a este tipo de violência?

Trabalho do grupo:

Trata-se de um caso complexo porque, além do assédio, o caso envolve uma família em situação de vulnerabilidade social. É preciso agir nas duas frentes.

O primeiro encaminhamento seria para da jovem para o Conselho Tutelar e da família ao CRAS. O objetivo do trabalho seria esclarecer à família que trata-se de uma situação de violência.

Ao mesmo tempo, seria necessário encaminhar a questão para o núcleo de proteção da criança e do adolescente, como denúncia de exploração sexual infantil, trazendo o juizado da infância para o atendimento.

Após essa atividade, Patrícia Melo se propôs a enviar aos participantes o fluxo de atendimento que deve ser considerado no atendimento dos casos. Ela relembra a importância de sempre considerar no atendimento os cinco eixos: saúde, assistência social, justiça, segurança e educação. Só assim as questões serão endereçadas de maneira global.

Oficina 4 – Assistência Técnica e Fortalecimento de Capacidades sobre Direitos Humanos das Crianças Migrantes e Refugiadas

Responsáveis: Livia Lemos Falcão de Almeida, (CIDH), João Chaves (DPU) e Jaqueline Ferreira (Unicef/Proteção e Educação em Emergência)



Objetivo(s): Conceituar a questão da infância migrante, apresentar o trabalho realizado pelas instituições e promover debate a respeito de como aprimorar a assistência técnica e o fortalecimento de capacidades sobre direitos humanos das crianças migrantes e refugiadas.

Programação da oficina:

- Apresentação da oficina, dos facilitadores e dos participantes
- Apresentação do trabalho realizado pela Defensoria Pública da União e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- Trabalho em subgrupos
- Considerações finais e encerramento

Resumo da atividade:

Após a apresentação da proposta da oficina e dos facilitadores, os participantes foram convidados a se apresentarem utilizando o software Mentimeter, a partir da pergunta *Qual o seu contato com o tema da infância migrante?*. Para alguns, este era o primeiro contato, enquanto outra parte atua de maneira voluntária com crianças em situação de migração. Havia, ainda, profissionais da Operação Acolhida, da Defensoria Pública da União, da Comissão de Direitos das Crianças da OAB, da Polícia Federal, de Conselho Tutelar e sociedade civil, que trabalham diretamente com a temática.

Na sequência, os participantes responderam *Quais os desafios enfrentados com o tema da infância migrante?*

Destaca-se:

- Escuta qualificada das crianças pelos atores envolvidos; respeitar o desejo das crianças.
- Associar a garantia da migração com prevenção de crimes contra a criança migrante.

- Integração com a educação local, sendo necessária a busca da inserção das crianças nas escolas e a prática de uma educação intercultural.
- Emissão de documentação a crianças desacompanhadas ou separadas de seus pais ou responsáveis.
- Comprovação de que a pessoa que se apresenta junto ao menor é de fato seu responsável legal.
- Separação de famílias.
- Ausência de propagandas do governo para estimular o acolhimento dos imigrantes.
- Proteção contra abusos sexuais ou exploração laboral.
- Não-compreensão por parte da sociedade da ideia de violação de direito.
- A criação de serviços de assistência social e o fortalecimento da rede de proteção já existente para que os serviços sejam ofertados também às famílias e às crianças migrantes.
- Ausência de atendimento psicológico para criança e adolescente com problemas psicológicos.
- Atendimento de crianças migrantes na rede pública de saúde e educação.
- Dificuldade de acesso a medicamentos, material escolar e alimentação de qualidade.
- Excesso de contingente: não há espaço para acolher em abrigos as criança junto às mães.
- Violência intrafamiliar e crianças com necessidades especiais que requerem cuidados específicos.

Por fim, os facilitadores pediram que os participantes respondessem à pergunta *O que você entende por superior interesse da criança?* Em resumo, os apontamentos foram:

- Não transformar a criança num objeto ou num transtorno no sistema jurídico.
- Buscar ouvir e respeitar a criança.
- Priorizar o que se considera primordial para o desenvolvimento digno e saudável, seja físico ou mental.
- Direito a moradia, alimentação, acolhimento, educação, saúde, assistência social e a não deportação de vulnerável.
- Direito de ser criada segundo a vontade e a cultura dos pais.
- Direito à vida com dignidade e respeito.
- Ter paz para viver o seu período de desenvolvimento.
- Estudar e se desenvolver, junto à sua família, protegida de toda forma de violência.
- Prioridade nas políticas públicas.

Finalizadas as perguntas, foram apresentadas as instituições em que os facilitadores atuam, no que tange ao trabalho relacionado com crianças migrantes e refugiadas.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Criada em 1959, a Comissão está localizada em Washington e é composta por sete comissários, reconhecidos por suas trajetórias na área, e também por uma Secretaria Executiva, que internamente se divide entre Secretaria Executiva de Monitoramento, Promoção e Cooperação Técnica em Direitos Humanos (que dispõe de relatorias temáticas como LGBT, direitos da mulher, migrantes, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade etc.) e Secretaria Executiva Adjunta de Petições, Casos e Medidas Cautelares. No caso do Brasil, a Lei Maria da Penha, por exemplo, é resultado de uma recomendação da Comissão dos Direitos das Mulheres. No início de novembro deste ano foi realizada a segunda visita *in loco* no país, para verificar a situação de direitos humanos, e gerar um informe de violações e sugestões de mudanças.

Lívia de Almeida relata que a Relatoria sobre os Direitos dos Migrantes foi criada em 1996 e trabalha investigando e produzindo informes temáticos. Ela é composta pelo Comissário Luis Ernesto Vargas, um especialista e três advogados, e atua no monitoramento diário da situação da migração nas Américas, na abertura de períodos de



sessões e na produção de informes e relatórios, além de realizar visitas de trabalho e visitas *in loco*, capacitação técnica e reuniões bilaterais, multilaterais e com a sociedade civil.

Segundo ela, essa relatoria dá visibilidade a situações que muitas vezes são invisibilizadas, e isso em si já é uma forma de pressão internacional. Contudo, a Comissão não tem poder judicial para impedir um ato. Seu papel é de dar visibilidade a situações, e isso, em muitos casos, gera resultados positivos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma das entidades do Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos nas Américas (SIDH). O outro órgão é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em São José, Costa Rica. Para o SIDH, os Parâmetros Normativos sobre crianças migrantes são:

- Superior interesse da criança
 - Direito substantivo: obrigação estatal de avaliar e considerar o superior interesse da criança em todas as questões que lhe digam respeito;
 - Princípio jurídico interpretativo fundamental: deve-se optar pela interpretação que melhor satisfaça o superior interesse da criança;
 - Norma de procedimento: sempre que uma decisão possa afetar uma criança, o processo decisório deve considerar as possíveis repercussões da decisão para a criança envolvida.
- Não detenção de crianças migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas
 - Proibição da detenção/prisão de crianças, incluindo:
 - Aqueles que se encontram desacompanhados ou separados de seus pais;
 - Aqueles que se encontram junto aos pais (com a finalidade de assegurar a unidade familiar);
 - Para assegurar o cumprimento de uma medida de retirada compulsória;
 - Fundamentada no descumprimento dos requisitos para o ingresso e a permanência regular.

A facilitadora apresentou, ainda o conceito de Opiniões Consultivas (OC), solicitadas pela CIDH à Corte Interamericana sobre aspectos de interpretação da Convenção Americana. Nesse sentido, compartilhou os principais aspectos referentes a duas OC's, referentes ao tema infância e migração. São eles:

Opinião Consultiva 17-02

- Definição de criança
- Igualdade
- Interesse superior da criança
- Família como núcleo central de proteção
- Separação em casos excepcionais
- Instituições e pessoal capacitado
- Condições de vida e educação
- Obrigações positivas de proteção
- Devido processo e garantias processuais

- Participação da criança
- Justiça alternativa

Opinião Consultiva 21-14

- Regime jurídico de proteção à infância prevalece sobre o migratório
- Interpretação ampla da Proteção internacional e Identificação de riscos
- Garantia do devido processo
- Não privação da liberdade
- Proteção integral das crianças durante o processo migratório
- Espaços de alojamento adequados respeitados os princípios de separação dos adultos (para as crianças desacompanhadas) e o princípio da unidade familiar (para as crianças acompanhadas dos pais)
- Ampliação do princípio de não-devolução (*non-refoulement*)
- Solicitação de asilo e refúgio
- Interpretação ampla do direito à vida familiar

Defensoria Pública da União (DPU)

João Chaves é Defensor Público Federal e atua na Coordenação de Migrações e Refúgio no escritório da Defensoria Pública da União em São Paulo. Sua fala pretendeu apresentar a perspectiva da Defensoria Pública da União sobre o tema infância migrante. Em suas palavras, *“Evito falar a expressão migração infantil, pois é um adjetivo que, muitas vezes, é mal utilizado para dizer de algo pobre, ingênuo. Prefiro dizer infância migrante ou criança migrante”*. O foco dessa visão é permitir que se preserve a infância, independente da condição de migração. Nesse sentido, cabe à DPU, no contexto da Operação Acolhida, realizar a representação legal e análise de proteção para crianças e adolescentes separados, desacompanhados ou indocumentados (Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU).

O Defensor afirma que, para a DPU, a criança é a titular da verdade dentro da família: *“a criança participa de tudo como agente e espectadora, e é, portanto a defensora da verdade sobre o processo migratório”*.

Em 2017, o Brasil foi questionado pelo Comitê dos Direitos da Criança sobre o que o país estava fazendo sobre o tema da criança migrante, uma vez que a Lei de Migração não trata do tema de maneira objetiva. Do questionamento derivou uma Resolução, elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e DPU, e editada antes da vigência da nova Lei de Migração, que passou a reconhecer a infância migrante como tema específico, e que parte do princípio de que a criança faz parte de uma família que quer migrar. Deste modo, foi feita também a desvinculação entre regularização migratória e exercício de guarda. Coube à DPU, nesta Resolução, a responsabilidade de atuar como agente de assistência jurídica e de proteção. Em resumo, isso significa:

- realizar a representação legal e análise de proteção para crianças e adolescentes separados, desacompanhados ou indocumentados;
- atuar no controle migratório, evitando que a criança migrante seja inadmitida caso ela queira pedir refúgio ou residir no Brasil;
- definir parâmetros para entrada migratória de crianças e adolescentes.

O órgão tem a missão de fazer uma oitiva qualificada da entrevista para identificar qual o melhor caminho para a criança entre o retorno à convivência familiar, a proteção como refúgio ou apátrida, a proteção como vítima do tráfico de pessoas ou outra medida de proteção migratória. O procedimento é o mesmo para crianças indígenas, mas buscam fazer a entrevista adaptada ao cenário familiar, uma vez que o vínculo familiar dos Warao, por exemplo, não segue os mesmos padrões que os brasileiros. A escuta sempre é feita individualmente com a criança e depois com o responsável, e tem como objetivo entender se há vínculo familiar com o adulto acompanhante, bem como identificar se há outros familiares no Brasil. João Chaves destaca, contudo, que o país não dispõe de um protocolo de escuta da criança em situação migratória, e que isso configura-se como um importante desafio a ser superado.

Em relação à Operação Acolhida, o resultado preliminar é que, em 100 dias de operação, 798 crianças foram entrevistadas. Foi feito um mapeamento dos principais perfis de atenção e a identificação de aspectos jurídicos de documentação (indocumentação de crianças abaixo de 10 anos, certidões de nascimento em diferentes padrões etc.), e a partir disso as estratégias estão sendo aprimoradas.

Ele conclui apresentando questões importantes que precisam ser discutidas sobre o tema infância migrante:

- A tensão na análise de proteção: entrada e regularização migratória x prevenção ao tráfico de pessoas;
- Crianças venezuelanas indocumentadas (menos de 10 anos) como traço de violação de direitos humanos;
- Adolescentes mães;
- Soluções de proteção: regularização de guarda, emancipação, acolhimento institucional?
- Os riscos da hiper-proteção e do uso do superior interesse contra a criança migrante.

Finalizada a apresentação das instituições responsáveis pela oficina, os participantes foram divididos em grupos para dialogar a respeito de como pode-se aprimorar a Assistência Técnica e o Fortalecimento de Capacidades sobre Direitos Humanos das Crianças Migrantes e Refugiadas. As principais questões apontadas pelos grupos foram:

- aprimorar equipes técnicas da defensoria e polícia, com assistentes sociais e psicólogos para promover escuta mais qualificada da criança e do adolescente;
- realizar capacitação de professores para assegurar melhores condições de integração e proteção de crianças e adolescentes;
- intensificar campanhas de divulgação de mecanismos já existentes para prevenir tráfico de pessoas e exploração sexual em regiões de fronteiras e estradas;
- reforçar o controle e fiscalização migratória em Lethem - Bonfim para prevenir graves problemas de tráfico de pessoas na região;
- assegurar que quando a criança for interiorizada, que ela saia com uma declaração de que trata-se de uma criança em processo migratório de interiorização;
- promover fortalecimento institucional da FUNAI;
- promover segurança alimentar: crianças com necessidades especiais de alimentação não estão recebendo acesso. A realidade dos abrigos é de pobreza nutricional das comidas oferecidas, sem variedade, oferecendo riscos ao desenvolvimento infantil;
- disponibilizar nutricionista nos abrigos e promover aproximação com cooperativas agrícolas;
- propor à prefeitura e ao governo local que as famílias não percam o benefício do Bolsa Família enquanto a criança não tiver acesso à escola;
- incluir o tema dos menores desacompanhados para que possam ser abrigados pela Operação Acolhida, e não apenas via Conselho Tutelar;
- ampliar a compreensão: o foco no tráfico de drogas desvia o foco do problema crucial que é o tráfico de pessoas.



Oficina 5 - Violação de Direitos Humanos em contexto de Emergência

Responsáveis: Igo Martini (UNFPA) e Márcio Rosa (MPE/RR)



Objetivo(s): Promover reflexão acerca da temática de direitos humanos e criar uma campanha contra xenofobia

Programação da oficina:

- Apresentação da oficina, dos responsáveis e dos participantes
- Discussão sobre o que são direitos humanos e violações
- Diálogo com participantes a partir de vídeo disparador
- Trabalho em subgrupos para identificar riscos e desafios no trabalho com população migrante em situação de violação de direitos

Resumo da atividade:

O grupo foi composto por cerca de 30 participantes, sendo a maior parte representantes do governo federal e de organismos internacionais. Havia também representantes da sociedade civil, governo estadual e municipal e instituições de ensino.

Através do software Mentimeter, foi perguntado *Você já tomou conhecimento direto ou presenciou uma violação de Direitos Humanos contra migrantes ou refugiados venezuelanos?* De 21 respondentes, 17 afirmaram que sim e 4 afirmaram que não. Na sequência, perguntou-se *Você já sofreu alguma violação de Direitos Humanos? Em que contexto?* 13 pessoas afirmaram que não, e 6 disseram já haver sofrido (violação dos direitos da mulher / violação racial / contexto da saúde / por ser uma mulher trans e migrante / LGBTfobia / por ser uma mulher transexual).

Após a leitura dos dados, e frente às muitas respostas negativas, Márcio Rosa teceu considerações no sentido de afirmar a necessidade de ampliar a compreensão do que são direitos humanos, e que “muitas vezes as pessoas não reconhecem que já sofreram alguma violação de direitos humanos, por não saberem o que são direitos humanos. Ao discutirmos os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais percebemos que quase todos sofrem violação de direitos humanos”. Após a explicação, o facilitador questionou se as pessoas mudariam sua resposta negativa. Algumas pessoas se posicionaram e abriu-se um diálogo sobre o tema:

- *“Eu respondi não em comparação as violações que os migrantes estão sofrendo. Depois dessa conversa eu consideraria, pois sofro diversas supressões de direitos”*
- *“Fiquei pensando antes de responder essa pergunta. Será que os pequenos atos de machismo cotidianos podem ser considerados violações de direitos humanos? Quando respondi ‘não’ foi pelo reconhecimento dos meus*

privilégios, mas se considerar que não tive acesso ao sistema público de saúde de qualidade, eu tive, sim meus direitos violados. É uma reflexão interessante.”

- *“Ao dizer ‘não’ pensei que nunca vi uma violação na rua, tortura... mas a gente sabe que sempre acontece!”*
- *“Ocorrem muitas violações de direitos em relação às pessoas com deficiência, muitos são presos em casa ou vivem em condições precárias apenas por possuírem alguma deficiência”*

A atividade seguiu com a pergunta *Qual Direito Humano é mais frequentemente violado, segundo sua percepção?* Dentre as respostas, destaca-se:

- Direitos da Pessoa com Deficiência;
- O direito a viver de acordo com sua própria cultura, em contraponto à cultura ocidental capitalista predominante;
- De expressão (“querer falar e ter que engolir por possível represália futura”);
- De ir e vir;
- Saúde;
- Raça;
- Contra a população LGBT;
- Direito à saúde e educação;
- Racismo e nacionalidade;
- Direito à identidade;
- Machismo;
- O direito à escolha de ser diferente do padrão imposto pela sociedade;
- Direito à dignidade humana;
- Direito à igualdade de gênero.

Feita a leitura das respostas, o facilitador apontou que o machismo viola diversos direitos. A depender da prática machista, pode-se violar o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade da pessoa humana. As questões raciais e de nacionalidade também são fontes relevantes de violação de direitos humanos, assim como na saúde. Destacou, ainda, a resposta *“querer falar e ter que engolir por possível represália futura”*, que revela o medo de perder o direito de expressão e à liberdade, de modo geral. Uma participante completou que *“muitas vezes vemos o machismo apenas contra a mulher, mas os homens muitas vezes o manifestam também em relação a gays ou grupos mais vulnerabilizados”*.

Um tema levantado na discussão é o direito à expressão a partir do exemplo de comunicação de pessoas surdas. No Brasil fala-se a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na Venezuela, a *Lengua de Señas*, que são diferentes. Dificilmente há intérpretes da língua venezuelana de sinais para migrantes surdos. Na universidade há iniciativas de intercâmbio entre os intérpretes de LIBRAS e intérpretes de *lengua de señas*, que visa mitigar esse problema.

Ao falar sobre “direito à identidade” os participantes destacam que ele está relacionado à identidade pessoal, seja gênero, jeito que se veste... Qualquer discriminação pelo jeito de ser é uma violação de direitos humanos. É fundamental garantir que as pessoas possam ser quem elas quiserem, sem sofrer preconceitos. Esse direito violado, muitas vezes, viola o direito de ir e vir das pessoas.

Alguns participantes ainda apontam que o estado de Roraima não tem estrutura para receber mais pessoas: com a quantidade atual de migrantes, *“ocorreu aumento da violência, os serviços públicos não estão dando conta de atender as pessoas e estamos sofrendo muita pressão por estar ‘violando direitos’, mas na verdade, não temos estrutura para isso. É muito fácil vir de fora, falar, mas não estar na realidade local”*. Em contrapartida, outro participante apontou que é preciso tomar cuidado para não atribuir aos venezuelanos todos os problemas que já existiam em Boa Vista e Roraima. *“Há ações de preconceito contra os venezuelanos que não dizem respeito a sua chegada, mas a problemas estruturais que são atribuídos a eles”*.

Os facilitadores afirmam que ao pensar no tema de migrantes é preciso, em primeiro lugar, criar empatia e se colocar no lugar do outro. A chegada deles precisa ser vista como uma oportunidade de aprimorar as políticas públicas locais. Não basta um discurso de que os venezuelanos que chegaram são qualificados, é preciso perceber que a situação é complexa, e que eles precisam ter garantido o direito a serviços públicos, assim como os brasileiros deveriam ter. A UBS Liberdade, por exemplo, está lidando com isso de uma maneira interessante: há relatos de que os profissionais estão estudando espanhol para aprimorar ainda mais o atendimento oferecido à população vene-

zuelana.

Os relatos são muitos: um participante destaca que a quantidade de ciclistas e de bicicletas em Boa Vista aumentou consideravelmente, uma vez que este tem sido o principal meio de transporte dos venezuelanos. Outro diz que a rede goiana de supermercados já tem um terço de seus caixas ocupados por pessoas venezuelanas. Outra participante afirma que é bonito saber que os jovens venezuelanos estão vivendo sua juventude, vivendo seus afetos no Brasil, se integrando à cultura local. Ao mesmo tempo, outro participante afirma que *“não estamos preparados financeiramente para atender nem os nossos. Eu tinha medicação para uma quantidade de pacientes e hoje eu tenho que racionar essa medicação para ainda mais pessoas”*.

Para encerrar esse momento o facilitador aponta que é preciso tomar cuidado para não colocar na conta dos migrantes os problemas históricos brasileiros. A saúde e a educação nunca foram de boa qualidade no Brasil, assim como já existiam problemas graves de segurança antes da questão da migração de venezuelanos começar. *“É muito conveniente para alguns grupos da sociedade tentar convencer que a culpa é dos migrantes, pois isso dá margem para que se perpetuem no poder”*, afirma. *“Justamente por esse motivo, seria muito importante que a população participasse ativamente dos conselhos temáticos, dos orçamentos participativos, assim esse cenário não ficaria na mão da classe política”*.

Na sequência da conversa sobre as perguntas, os facilitadores passaram um vídeo da UNFPA e da Rede Acolhida sobre a realidade das mulheres migrantes, produzido a partir de escuta de mulheres migrantes de Roraima. Ao assistir, um dos participantes manifestou que vídeos dessa natureza *“fazem uma imagem dos brasileiros como se eles fossem cruéis e malvados com os venezuelanos”*, e ouviu como esclarecimento que o vídeo foi produzido a partir de histórias reais de mulheres sobre exploração sexual e xenofobia, reafirmando a necessidade de pensar como fazer uma real integração dessa população no país.

A atividade seguiu com mais uma pergunta que deveria ser respondida via Mentimeter: *Você conhece algum canal de proteção de Direitos Humanos? Qual?* De 19 respondentes, 16 afirmaram conhecer, sendo que o Ministério Público foi o órgão mais citado, seguido do Conselho Tutelar e do Disque 100. Os facilitadores informaram que todos os municípios de Roraima dispõem de Conselho Tutelar e que já foram movidas muitas ações contra as prefeituras para garantir sua estrutura e condições de trabalho. O Disque 100 de Roraima, por sua vez, não está recebendo denúncias em relação a migração venezuelana, e um dos motivos é o desconhecimento desse canal pelos migrantes (o atendimento está disponível também em espanhol). Participantes destacam que o Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME (180), serviço da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima coordenado pela Procuradoria Especial da Mulher, é bem dinâmico, especialmente em comparação com o Conselho Tutelar, que muitas vezes não atende com agilidade: *“Já vivenciei omissão do Conselho em ações, é preciso trazer o Conselho Tutelar para mais perto e garantir mais estrutura e diálogo na rede de proteção”*, afirmam. É frequente o Conselho Tutelar e outros órgãos estaduais dizerem que questões relacionadas a indígenas e migrantes são problemas do governo federal, e recusarem-se a formalizar as denúncias. Já em relação ao Ministério Público, o fato dele não dispor de estrutura investigativa faz com que seja preciso encaminhar os casos para a Polícia Civil, que por sua vez tem um processo moroso para concluir inquérito, fazendo com que o caminho entre a violação e sentença de um caso possa demorar anos - isso sem contar

que há relatos de pessoas que sofrem violação dentro do próprio Ministério Público, afirmaram os participantes.

Por fim, foi perguntado *Você participaria de algum Conselho de Direitos ou de algum espaço de participação popular para elaboração de políticas públicas?* De 15 respondentes, 13 afirmaram que sim, 1 que não e 1 talvez. Ao abrir a discussão, alguns participantes apontam que uma pergunta significativa, nesse caso, seria *Você acredita na efetividade dos con-*



selhos? A sugestão é pelo fato de muitos conselhos atuarem em condições precárias, sem estrutura, além de haver um processo de cooptação da sociedade civil pelo estado. *“A participação nos conselhos é sempre um desafio, há uma falta de interação muito grande. As reuniões perdem o sentido porque não se encaminha nada”*, afirmam.

Finalizada essa atividade, os participantes foram divididos em três grupos, com o objetivo de responder duas questões: *Quais os desafios da rede de proteção de direitos humanos? Quais os principais riscos que podem sofrer migrantes e refugiados?*. Os resultados seguem abaixo:

Grupo 1

A exploração sexual tem crescido muito, mas a rede de proteção que temos à disposição ainda não atende nem os brasileiros. Essa é uma deficiência e é preciso crescer essa plataforma para fazer valer estatutos e leis. As leis que nos amparam dizem da proteção de pessoas e não de brasileiros.

Quantos aqui tem atuação em alguma ação, atividade voluntária para atender aos refugiados e migrantes? No grupo, quase todos os participantes já realizaram trabalhos voluntários junto aos migrantes, e todos precisam vivenciar esse contato. Os migrantes precisam de atenção e cuidado. São pessoas que, ao chegar em situação de vulnerabilidade, olham os brasileiros como ricos, só por possuírem uma casa, celular ou produtos de higiene básica.

É preciso, portanto, acabar com o racismo e xenofobia, e para isso é preciso conhecer as pessoas de perto. Sobre os principais riscos que podem sofrer migrantes e refugiados, os venezuelanos estão sujeitos a serem aliciados pelo tráfico e crime, exploração sexual, tráfico de pessoas e trabalho escravo, dada sua situação de alta vulnerabilidade.

Grupo 2

Principais riscos: agressão física e moral devido a xenofobia, exploração laboral e sexual, depauperamento de sua saúde, despreparo das forças de segurança no trato com essas pessoas.

Um dos participantes pede para falar em espanhol, como forma de expressar mais claramente o que pensa. *“Quiero hablar en español porque es la lengua de los inmigrantes. Lo más interesante que me pareció fue el tráfico humano. Está presente en Boa Vista y en el continente. No es simplemente el llevar personas a otros sitios, pero también es una puerta a otras violaciones de derechos humanos como la explotación sexual, laboral, la privación de libertad, la xenofobia y el racismo, la contracción de enfermedades. Acerca de la prevención y seguimiento de los casos son necesarias actividades de integración entre migrantes e brasileños, presentando os como personas, sin vincularlos a sus nacionalidades. Capacitar mejor las fuerzas de seguridad del estado que muchas veces no están preparados. No es porque son venezolanos o extranjeros que sean criminales”*.

Sobre os desafios da rede de proteção de direitos humanos, eles apontaram duas dimensões: a prevenção das violações e a reparação dessa violação. Prevenção: é preciso investir na educação da população para a convivência com os diferentes; criar oportunidades para todos se envolverem, minimizando desigualdades sociais, capacitando os agentes de estado para que eles entendam que diferentes tem que ser tratados diferentemente, garantindo assim a igualdade de todos perante a lei.

É preciso agilidade judicial na identificação e na punição, na reinserção social das vítimas, no fortalecimento das instituições componentes da rede de proteção para garantir a sinergia das ações.

Grupo 3

Principais riscos:

- Risco de ser cooptado para trabalho degradante e escravo, atos de xenofobia, violência física verbal, principalmente para quem está na rua, exploração sexual de mulheres;
- falta de acesso a serviços básicos como água, saúde e expedição de documentos.

Desafios da rede de proteção de direitos humanos:

- fazer campanhas para diminuir a xenofobia, exaltando o lado bom da migração por meio de universidades,

- CRAS e outros equipamentos públicos;
- promover orientação de mulheres para que entendam os riscos que estão correndo;
- construir mais abrigos, especialmente para pessoas com necessidades especiais;
- políticas de empregabilidade;
- campanhas para o empresariado no sentido de estimular a contratação de migrantes.

Para encerrar a oficina, os facilitadores apontaram que foi muito importante esse momento de grupos de trabalho porque durante o debate ficou clara a importância de uma campanha sobre direitos humanos. Isso fica muito evidente na fala de todos, incluindo os migrantes. Não falar apenas da xenofobia, mas entender o que são e quais são as violações dos direitos humanos. Além disso, mostra-se importante divulgar o disque 100, principalmente porque as pessoas não conhecem os seus direitos, nem os espaços de proteção que estão a serviço delas. A realização de oficinas de educação em direitos humanos, como as que estão sendo realizadas neste evento, são fundamentais para articular ações locais, concluíram.

Oficina 6 - Inserção Laboral e Protocolo de Denúncias de Exploração

Responsáveis: Safira Nila de Araújo Campos Rodrigues (Ministério Público do Trabalho), Tainá Aguiar (Organização Internacional para as Migrações) e Aline Soares Papazis (Defensoria Pública da União)



Objetivo(s): Conhecer a experiência dos participantes na área de inserção laboral e oferecer ferramentas que favoreçam a criação de oportunidades para migrantes, bem como as denúncias no campo do trabalho

Programação da oficina:

- Apresentação da oficina, das responsáveis e dos participantes
- Interação com os participantes via Mentimeter
- Discussão em subgrupos
- Compartilhamento dos subgrupos e considerações finais

Resumo da atividade:

O grupo de participantes era composto por uma considerável pluralidade de atores, incluindo representantes sindicais, representantes do setor privado, estudantes de graduação, sociedade civil e representantes do poder público.

A oficina teve início com as facilitadoras apresentando as ações que são desenvolvidas pelas organizações que representam:

- O Ministério Público do Trabalho (MPT), ramo do Ministério Público da União que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, é responsável por regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Tem como principais áreas de atuação o trabalho escravo, o trabalho infantil, investigação de fraudes, questões relativas a meio ambiente, entre outros.
- A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é a principal organização intergovernamental mundial líder em migrações. Dispõe de um Grupo Temático de Trabalho com atores que desenvolvem atividades na área laboral para tratar de questões dessa temática. Produziram um fluxo sobre como denunciar situações de violação, uma vez que os migrantes, de maneira geral, desconhecem os órgãos e suas competências. Atuam também com sensibilização de empregadores para questões migratórias.
- A Defensoria Pública da União (DPU) tem a incumbência de oferecer orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus, perante o Poder Judiciário da União. Além da atuação individual no caso

de violação do direito trabalhista, atua também em grupos de trabalho (um deles de combate ao trabalho escravo), mas também se envolve com ações e políticas públicas de prevenção às violações.

Na sequência, via software Mentimeter, os participantes foram convidados a responder algumas perguntas. A primeira foi *Você tem histórico na família ou conhece pessoas que migraram em busca de trabalho e renda?*, e a maior parte do grupo afirmou que sim. Um participante acrescentou: *“é muito difícil encontrar pessoas que nasceram em Boa Vista, na maioria das vezes os pais nasceram fora daqui e migraram em busca de trabalho”*. A segunda pergunta *Esse brasileiro migrante conseguiu um trabalho na sua área de formação/atuação inicial?* teve respostas em equilíbrio: 7 pessoas responderam que sim e 5 responderam que não. Durante o debate, participantes relataram que quando o migrante consegue emprego na sua área, normalmente é com remuneração inferior à praticada em seu local de origem: *“Muitos acabam abrindo mão de sua formação inicial para poder se inserir no mercado de trabalho. No caso da Venezuela, tem muitos profissionais de beleza e cabelo, e muitos destes estão vindo pra cá... hoje é possível encontrar em Boa Vista corte de cabelo por R\$2,00”*.

As facilitadoras afirmaram que a maior parte dos migrantes venezuelanos que chegam até Roraima possuem no mínimo o ensino médio completo, e uma boa parte também possui graduação e/ou pós-graduação. Há, portanto, um nível de qualificação profissional elevado, mas as questões referentes à revalidação do diploma ainda são complexas: há taxas, o processo é demorado e há pouco reconhecimento da qualidade dos cursos ofertados naquele território. Por ocasião do fluxo migratório no estado, o Ministério Público do Trabalho estabeleceu parceria com o Senac e está oferecendo cursos de qualificação diversos (beleza, hotelaria etc) para brasileiros e migrantes. *“Ações como essa apresentam a migração como oportunidade de todos aprenderem uma nova língua, de ser um estado bilíngue, dos migrantes trazerem inovações sociais e econômicas, mas isso só acontece se eles estão inseridos no mercado de trabalho”*, afirma Safira Rodrigues.

A atividade seguiu com a pergunta *Quais dificuldades os migrantes enfrentam para se inserir no mercado de trabalho?* Dentre as respostas, destaca-se:

- Idioma;
- Revalidação de diploma;
- Falta de qualificação profissional e oferta de emprego;
- Xenofobia;
- Exploração de mão de obra;
- Falta de políticas de acesso à terra para brasileiros e migrantes;
- No meu ver eu não acho dificuldades, eu acho falta de vontade de trabalhar;
- Discriminação pelo idioma, cultura e hábitos;
- Demanda superior a oferta de empregos.

Feita a leitura das respostas, um participante afirmou: *“há uma faceta econômica que precisa ser observada: temos tradição de discriminar não o migrante, mas o pobre. Se são migrantes europeus, são muito bem vindos. A discriminação é social, de classe e raça”*. Outra participante completa: *“os venezuelanos chegaram e a mendicância também chegou muito forte, e ela nos assusta, pois vieram pessoas boas e pessoas ruins, a gente não sabe quem é quem”*. A discussão seguiu e, mais uma vez, reforçou-se que não é por conta do fluxo de migração venezuelana que Boa Vista tornou-se violenta, que isso é uma construção dos veículos de comunicação da região, que acabam por apenas reforçar a discriminação e a xenofobia.

A conversa seguiu com a pergunta *Quais oportunidades de inserção de migrante no mercado de trabalho brasileiro?* Destaca-se:

- poucas, já que o Estado tem como característica o serviço público;
- muitas: trabalho doméstico, rural, comércio, indústria, transportes, educação, idiomas, iniciativa privada, estética, saúde, esportes etc;
- ensino do espanhol;
- no emprego formal direto, no empreendedorismo e no mercado informal;
- construção civil;
- inserção no empreendedorismo;
- expansão da Zona Franca de Manaus.

Dadas as respostas, as facilitadoras afirmam que é fundamental que o estado e as políticas tenham disposição em transformar essa questão em uma questão positiva, uma vez que tem uma camada da sociedade que está se enriquecendo às custas da migração, e que quando não se tem uma política pública adequada, aprofundam-se as desigualdades: “Quem está no topo da pirâmide fica mais rico, e quem está na base fica mais pobre. É necessário cobrar posições menos tacanhas”.

Quando questionados sobre *Quais políticas públicas poderiam ser desenvolvidas para geração de emprego e renda para a população migrante?*, os participantes responderam, de maneira geral, que:

- incentivo fiscais aos empresários para a contratação;
- criar vagas em creches/escolas para que as famílias possam deixar as crianças para a procura de trabalho;
- colocar a língua espanhola na grade curricular contratando professores venezuelanos;
- incentivos fiscais para empresas;
- concursos para trabalhos temporários;
- implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- acesso ao crédito para empreendedorismo.

Por fim, a pergunta lançada foi: *Você tem conhecimento de quais são os órgãos que possuem atribuição de*

combate de exploração laboral? Com apenas 12 respondentes, os participantes afirmaram saber do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Ministério Público Estadual.

Finalizadas as perguntas em grupo, os participantes foram convidados a se agruparem, misturando ao máximo a diversidade de instituições presentes, responderem uma lista de questões e compartilharem com todo o grupo na sequência. Seguem os resultados:

Estratégias de prevenção ao aliciamento e tráfico de pessoas nos locais de concentração de migrantes:

- migrantes receberem informações na entrada no país;
- oferta de informações qualificadas para empresas;
- divulgação da cartilha do MPT, em espanhol, sobre direitos e deveres laborais.

Medidas para acompanhar o processo de contratação de migrantes para prestação de serviços a terceiros, inclusive quando aliciadas nos abrigos:

- estruturação de um serviço de intermediação e acompanhamento da contratação de migrantes com representação do MTE e MPT, com visitas de fiscalização.

Medidas para qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho dos migrantes, indicando o responsável pela execução:

- Cursos tradicionais do Sistema S;
- Qualificação em língua portuguesa na UFRR e sociedade civil;
- Isenções em impostos para contratação de refugiados;
- Estímulo à contratação de menores aprendizes, com obrigação de que sigam estudando.

Atendimento a mulheres, adolescentes com mais de 14 anos, idosos, pessoas com deficiência, populações



indígenas na política de emprego:

- utilizar rede CRAS, CREAS, Conselhos tutelares e de políticas públicas no amparo e na atenção a populações indígenas.

Medidas relacionadas ao SINE:

- SINE fazendo a intermediação em Pacaraima;
- Informações por meio de palestras, orientações já na hora do cadastramento no SINE em Pacaraima;
- Aumentar a fiscalização e passar orientações dos migrantes sobre seus direitos.

Oficina 7 - Migrantes e Refugiados em Situação de Rua

Responsáveis: Pablo Mattos (ACNUR), Fernando Novoa (OIM), Daniel Martins (Reach Institute) e Lúgia Prado da Rocha (DPU)



Objetivo(s): Promover reflexão acerca da temática de direitos humanos e criar uma campanha contra xenofobia.

Programação da oficina:

- Apresentação da oficina e dos responsáveis
- Interação com participantes através do software Mentimeter
- Informações levantadas em pesquisas sobre a população migrante em situação de rua na região

Resumo da atividade:

A oficina levantou uma discussão sobre migrantes e refugiados em situação de rua a partir da experiência de Roraima. O debate foi introduzido pelos facilitadores e recebeu contribuições dos participantes em discussões abertas disparadas por um questionário proposto na ferramenta Mentimeter. O grupo conversou ponto a ponto sobre os temas levantados pelas questões propostas e depois se reuniu em subgrupos para pensar em possíveis alternativas para o trabalho com esse público. Ao final, os facilitadores Fernando e Daniel fizeram uma exposição do trabalho realizado por suas instituições.

Pablo Mattos deu as boas vindas e apresentou a equipe de facilitadores. Fez uma retrospectiva do histórico da população migrante de rua na região, que começa antes da Operação Acolhida, com os índios Warao, que viviam na região da rodoviária e foram realocados para o abrigo Tancredo Neves. Eles também se concentravam na praça Simón Bolívar, local difícil de manejar. O número chegou a quase 1000 pessoas vivendo em situação de rua. À época, no abrigo, ainda sem reformas, as pessoas estavam tão vulneráveis quanto estavam em situação de rua. Em fevereiro/março começam a estruturar abrigos em Boa Vista com a inauguração do Jardim Floresta e a reforma do abrigo Tancredo Neves, e assim se superou um pouco a situação da praça Simon Bolívar. O Jardim Floresta iniciou recebendo a população mais vulnerável da praça: famílias, crianças, idosos e mulheres. A praça é finalmente desocupada quando da inauguração do abrigo Latife Salomão, em Santa Teresa. Atualmente a praça passou por reformas e está cercada. Após a inauguração dos abrigos inicia-se uma nova fase e começa uma nova tendência: as pessoas começam a dormir no entorno dos abrigos. O Jardim Floresta é o caso mais emblemático por conta de um terreno vazio que tem no seu entorno, onde as pessoas encontravam espaço para ficar. As pessoas buscam o acesso aos abrigos, por isso ficam em suas imediações. Foram registradas 200, 300 pessoas em torno do Jardim Floresta. Isso

só é superado quando da inauguração do Posto de Triagem (PTRIG), que agora faz o acesso aos abrigos - aliviando a pressão direta sobre os mesmos. Hoje, são pouco menos de 6000 pessoas abrigadas no estado. O acesso é feito pelo PTRIG ou pelo BV8, em Pacaraima.

Na sequência apontou que seriam realizadas algumas perguntas que deveriam ser respondidas pelo telefone, e as respostas conduziram a discussão do grupo. A primeira questão foi *Em sua percepção o número de pessoas em situação de rua em BV aumentou ou diminuiu nos últimos 3 meses?* De 26 respondentes, 12 consideraram que aumentou, 12 dizem ter diminuído e 2 afirmam que permaneceu o mesmo.

Ao abrir para discussão, o facilitador afirmou que é muito difícil para uma pessoa nesse nível de vulnerabilidade contribuir para a sociedade em que está chegando, e que a resposta da Polícia Federal foi oferecer abrigo para realizar uma primeira acolhida. É preciso, contudo, diferenciar migrantes de migrantes em situação de rua. O grupo aponta que teve uma melhora em relação ao dia, mas à noite, está aumentando o número de pessoas na frente da rodoviária, e há receio dos órgãos fiscalizadores de que haja aumento de acidentes de trânsito na região, uma vez que há pessoas dormindo inclusive no canteiro central da rodovia. *“Com a situação dos abrigos melhorou, mas o fluxo não pára e por mais que se criem abrigos os migrantes continuam chegando. Em Roraima, antes, não havia pessoas em situação de rua, depois da migração se tornou uma constante”*. O representante da ACNUR, Pablo Mattos, relata que há cerca de seis meses jogaram um coquetel molotov em venezuelanos que estavam morando numa casa abandonada, e descobriu-se que quem fez isso foi um morador de rua. Ele dizia *“Há um, dois anos, quando cheguei aqui, eu podia ficar em qualquer lugar que eu queria, hoje eu tenho que disputar com outros”*.

O local onde tem crescido a população de rua é a Praça das Águas. Diminuiu com a colocação de um viatura da Força Nacional, mas é um dos destinos. Eles não confiam na polícia, porque na Venezuela polícia é sinal de maus tratos, daí o afastamento da região com essa medida. O facilitador destaca que a movimentação do Posto de Triagem é maior às segundas, quartas e sextas, que são os dias de encaminhamento aos abrigos. Atualmente o tempo médio em situação de rua é de um mês, mas já levou até um ano. Toda semana, quando acontece a interiorização, há um remanejamento de outros abrigos para o Rondon 2, o ponto de interiorização.

Os participantes dizem que os migrantes estão vindo numa situação de total desregularidade social. Na Venezuela não se tem o hábito de confiar na polícia, assim como no Brasil. *“Não tem como eles chegarem aqui e em uma semana acharem que a polícia é maravilhosa, até porque a polícia foi xenofóbica no início, isso dificulta o vínculo de confiança”*. Além disso, só agora a mídia faz uma cobertura um pouco diferente apresentando os migrantes de uma maneira menos xenofóbica. *“É importante o nosso discurso em relação a isso, não se pode falar de ‘limpeza’ de uma rodoviária, porque são pessoas, não são números.”*

Os participantes destacam que um trabalho importante de ser feito é com a imprensa, que faz uma cobertura que cria e alimenta a xenofobia. *“É chocante para quem não conhece de perto ler algumas manchetes produzidas pela imprensa”*, diz outro participante. O facilitador diz que há seis meses foi realizada uma oficina com a Conectas Direitos Humanos de capacitação para comunicadores e jornalistas da região. Surtiu um efeito inicial interessante e nesse mês ocorrerá uma segunda oficina, para debater a forma como a imprensa noticia esses fatos, que influencia muito a opinião pública, muitas vezes fomentando a xenofobia.

Os facilitadores propuseram outra pergunta: *Quais grupos em situação de rua são mais vulneráveis?* Mulheres e crianças foram os mais citados, e também indígenas, LGBTI, idosos, famílias, negros, gestantes e pessoas com deficiência.

O grupo trouxe a questão da discriminação vivida pela população LGBTI nos abrigos, uma vez que inexistem formações referentes à identidade de gênero, em especial para profissionais do Exército. Dizem, ainda, que deveria ser oferecida informação nas fronteiras, que, no Brasil, não é crime ser homossexual.

A atividade seguiu com a pergunta: *Quais os grupos mais numerosos em situação de rua?* A principal resposta foi homens, mas houve quem dissesse mulheres, crianças, mulheres com crianças, não-brancos, venezuelanos, deficientes, mães, lgbts, jovens.

O facilitador disse concordar com a observação de que é possível ver um número maior de homens em situação de rua, e a razão disso é que há um número maior de vagas disponíveis para mulheres, crianças, idosos, famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, existe uma tendência migratória em que o homem sozinho é quem começa a jornada, em busca de uma certa estabilidade para depois trazer a família. Um venezuelano diz que há um componente sentimental. *“As pessoas que aqui estão em situação de rua não são pessoas de situação de rua na Vene-*

zuela, são pessoas que lá tem sua casa, sua família, estão por primeira vez fazendo algo que nunca haviam feito. São pioneiros por vir para cá buscando estabelecerem-se aqui, conseguir trabalho, mandar dinheiro a sua família e estabelecer sua família no Brasil. Agora acontece na Venezuela um fenômeno econômico único: a inflação em dólar. É necessário mandar quatro vezes o valor da moeda de volta para auxiliar as famílias, a situação está cada vez mais difícil. É necessário ter condições para que as pessoas possam começar a trabalhar nas suas áreas de expertise”.



A atividade seguiu com a pergunta *Quais os riscos/violação de direitos mais comuns para a população de rua?*

Em resumo, afirmam que:

- Assaltos e violência;
- Trabalho degradante;
- Falta de acesso a serviços e direitos básicos (água, moradia, alimentação, segurança etc.);
- Violência de gênero, exploração sexual e tráfico de pessoas;
- Abuso, xenofobia etc.

O facilitador diz que a exploração laboral e sexual são recorrentes nas respostas. Parece bem significativa essa questão, sobretudo para as pessoas que ficam nos semáforos, e nas ruas solicitando trabalho, muito suscetíveis à exploração laboral. É frequente que sejam encaminhadas para fazendas, onde são submetidas a trabalhos análogos à escravidão. Também as mulheres, que na impossibilidade de conseguir um abrigo e alimentação, acabam se submetendo a explorações sexuais em troca de dinheiro. Aponta, ainda, o fato de muitas vezes haver omissão da Polícia Federal, que não dá encaminhamento aos casos. Em relação a exploração e abusos sexuais, ele retoma a Lei do Minuto Seguinte, que considera a palavra da vítima como condição para que ela receba atendimento nas 72 horas subsequentes, em qualquer UBS do território nacional. Na página do projeto há informações legais e de encaminhamento no caso desse direito não ser efetivado.

À pergunta seguinte, *Quais as necessidades emergenciais para a população de rua?*, o grupo respondeu, em síntese:

- Moradia;
- Alimentação adequada;
- Saúde;
- Habitação;
- Trabalho;
- Água;
- Acolhimento imediato.

Ao abrir para comentários, o facilitador relata que o tema realmente é uma dificuldade, e que está sendo feito um processo licitatório para que uma empresa privada assuma o fornecimento de alimentação dos abrigos - são quase 18.000 refeições diárias. O grupo aponta também a questão das pessoas idosas, com diabetes e doenças crônicas que muitas vezes não têm acesso à medicação e alimentação adequada. O facilitador diz que o edital de licitação deveria contemplar a contratação de um percentual de mão de obra migrante na equipe de trabalho, a fim de encaminhar essa população para o mercado de trabalho, e que está sendo estudada a possibilidade de uma expansão dos abrigos para a construção de cozinhas, para que as pessoas possam cozinhar sua própria comida, de maneira que as forças armadas sejam menos sobrecarregadas e também para que as pessoas tenham a liberdade de fazer uma refeição a partir de seus próprios gostos.

A saúde bucal também figura como uma problemática na região. “Não se sabe como é a cultura venezuelana, nesse sentido, e em Boa Vista os tratamentos são pouco acessíveis, sem atendimento da rede pública”, diz um participante. Sugerem que seria importante ter uma rotina de atendimento odontológico nos abrigos. Os facilitadores informam que foi feita uma parceria com o sistema S, em que uma unidade móvel de atendimento odontológico percorre os abrigos, e que para dezembro ou janeiro será incluído atendimento odontológico no atendimento humanitário.

A saúde mental também foi apontada pelos participantes com uma frente importante de atendimento, em especial a presença de psicólogos e psiquiatras. O facilitador diz que essa é a avaliação que os Médicos sem Fronteiras fizeram ao chegar em Boa Vista, o que deu início a tratamentos de saúde mental nos abrigos, uma vez que é frequente a chegada de migrantes num estado de fragilidade muito grande, sobretudo mental.

“Em Pacaraima há muitas pessoas em situação de rua. A prostituição aumentou muito. O poder público ainda está muito omisso em todas as esferas mesmo com todo o aparato que já foi feito. Enquanto profissionais que atendem a ponta pelo CRAS e CREAS, a gente se vê muito impossibilitado, engessado. Aqui se falou muito de Boa Vista, mas a porta de entrada, Pacaraima, está muito fragilizada, é preciso ter um olhar pra isso. É uma cidade pequena. Muita gente não quer ser interiorizada, quer ficar em Pacaraima para ter acesso fácil à Venezuela, quando for possível voltar. Há dois anos, quando a população da Venezuela começou a chegar, eles iam para Pacaraima e a população local ajudou muito esses migrantes, oferecendo comida, abrigo, trabalho. Mas depois veio uma enxurrada e ninguém estava esperando, ficou muito inchada a cidade. A gente não consegue circular bem na cidade hoje pra ir numa padaria. E ficamos tristes, porque não temos forças para ajudar nossos irmãos. O avanço da exploração sexual é muito triste e está muito presente. Há também muitas pessoas que chegam sem documentação”, desabafa outro participante.

A última pergunta disparada pela equipe foi referente a *Alternativas para pessoas em situação de rua*. De maneira geral, os participantes entendem que o caminho seria via abrigos, interiorização e aluguel solidário. O facilitador diz que, em relação à questão do aluguel solidário, tentou-se uma iniciativa junto a prefeitura, mas a comunidade local reagiu de forma negativa.

O facilitador também esclarece que o Acnur faz um projeto de apoio financeiro para propósitos múltiplos, incluindo o aluguel. Muita gente utiliza esse dinheiro para alugar uma casa, um quarto. Uma ponderação é que parece que falta um programa estatal nesse sentido, ou seja, o Estado brasileiro assumir essa responsabilidade. O abrigo emergencial é uma alternativa transitória, enquanto o aluguel solidário tem a potencialidade de deixar o beneficiário numa situação de maior conforto e beneficiar diretamente a população local, gerando renda para imóveis que talvez ficassem parados.

Por fim, o facilitador informa sobre a interiorização, cerca de 3000 pessoas já foram interiorizadas pelo Governo Federal, além das pessoas que fazem esse movimento por conta própria. É uma alternativa que alivia a pressão do fluxo de pessoas na região.

Relato de pesquisas

Fernando, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou os resultados de uma pesquisa sobre a população em situação de rua. Apresenta o seguinte mapa:

O monitoramento foi feito pela OIM em uma semana, no período de 10 a 16 de outubro. Quatro carros circularam a cidade por uma semana, contando o número de pessoas e identificando onde dormem. Somando aos dados do Reach Institute, foi feita uma segunda ronda no período de 1 a 10 de novembro. Em outubro observou-se 1693 pessoas e, em novembro, 2127. Havia zonas de difícil acesso e agora acessíveis graças ao apoio do exército. Contabilizou-se pessoas na rua e em estruturas abandonadas, entre 0h e 6h da manhã. Há registro de pessoas dormindo em praças, ruas e edificações, sendo esse último com maior dificuldade de acesso. Incluem-se aí estruturas que não tem eletricidade, em condições precárias, oferecendo riscos. Será dada sequência ao monitoramento, de modo a conseguir mais dados, que permita traçar um quadro mais apurado e conclusivo que colabore com os serviços de assistência.

Situação de moradia da população migrante em situação de rua

Daniel Martins é do Reach Institute, organização que atua com gestão da informação junto ao ACNUR. Está em Roraima desde abril e produz materiais informativos atendendo à demanda de informação das agências e organizações envolvidas na resposta humanitária.

A pesquisa em questão teve com foco os diferentes tipos de moradia das pessoas em situação de rua. De maneira geral, são quatro: áreas abertas (redes, barracas, papelão), grupos ou famílias morando em construções danificadas ou inacabadas (sem estrutura de eletricidade e saneamento), espaços públicos (praças e edifícios públicos em desuso e terminais de ônibus), barracos e moradias improvisadas (feitas com materiais simples, instáveis e inseguras - as famílias constroem esses espaços aos poucos).

Na maioria desses casos, as pessoas não têm acesso a infraestrutura de saneamento e higiene. Quando têm, são geralmente emprestados (igrejas, postos de gasolina, terminais de ônibus, autoridade locais). Também utilizam banheiros e chuveiros na casa de outros venezuelanos, que tem casas alugadas. Uma parcela das pessoas utiliza os rios da cidade.

Costumam ter acesso a serviços de saúde. A maioria das crianças não está frequentando a escola (de 30, apenas 3 frequentavam a escola).

Muitas expressam interesse de ir para um abrigo - o interesse aumentou muito de junho para setembro. Nas primeiras pesquisas, em junho, não havia interesse porque a percepção era de que teriam menos privacidade e segurança nesses espaços. Essa percepção mudou nos últimos meses.

Fazem, também, uma pesquisa mais ampla com a população migrante que vive fora dos abrigos e os casos de vulnerabilidade (casa alugadas + pessoas em situação de rua, ou morando em casas e espaços oferecidos pela comunidade anfitriã). Produziram mapas de cada uma das macroáreas da cidade (conjunto de bairros por similaridade socioeconômica). Das 7, apenas 2 não possuem casos de vulnerabilidade.

Os relatórios serão publicados regularmente e podem ser acessados no site reachresourcecentre.info.

Encaminhamentos

Os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho para construir possíveis alternativas às ideias conversadas até então. Abaixo, o resultado da conversa:

Grupo 1

- O migrante deve ter autonomia através de capacitação, empregabilidade e empreendedorismo. Abrigamento temporário também deve ser oferecido. Facilitação e flexibilidade de diploma ajudaria inclusive na defasagem de profissionais. Cooperativa de trabalho para integração no mercado de trabalho seria uma boa alternativa. Cooperativa de tratamento de resíduos é uma coisa que não existe hoje no estado. Não há tratamento do lixo.

Grupo 2

- A ideia de cooperativas também surgiu aqui. Há casos de haitianos que fizeram uma iniciativa nesse sentido e tiveram sucesso. Descentralidade do atendimento dos abrigos, de maneira que organizações em geral também façam esse acolhimento. Integração dos atendimentos. Oferecimento de crédito, criação de campanha de imagem do migrante para que o crédito e o trabalho fossem vistos de forma mais positiva. Projetos de integração de atendimento entre brasileiros e venezuelanos, serviço como uma melhoria para todos.



Grupo 3

- Duas alternativas: incorporação dos migrantes como trabalhadores nos projetos destinados à própria população migrante - a terceirização de alimentação dos abrigos deve incorporar esses migrantes. Paridade de brasileiros e migrantes em algumas organizações, gerando inclusão, trazendo a cultura dos migrantes.

- Outra alternativa é a formação de cooperativas - uma que forneça os alimentos usados na alimentação oferecida pelo exército, para os migrantes trabalharem e se inserirem no mercado de trabalho.

Grupo 4

- União social deve ser uma política estimulada para soluções duradouras. Em relação ao aluguel social, para além de residências individuais, seria interessante aproveitar prédios para aluguéis coletivos autogestionados. Cooperativas associadas a moradia, condomínios populares. Autogestão de prédios próprios.
- Enfatiza-se a importância dos consultórios de rua. Política de atenção básica de saúde de mais de uma década no Brasil é uma forma importante de atingir a população de rua com uma equipe multidisciplinar (médico, enfermeiro, assistente social, psicólogo ou terapeuta ocupacional, educador social e também advogado ou defensor público para dar orientações básicas com regularidade). É um equipamento móvel simples que diminui a violência policial, xenofobia e violência social.

Após apresentação, o facilitador diz ser interessante ver que foram sugeridas soluções para além do abrigo. Ele adicionaria uma alternativa relacionada à vulnerabilidade de alimentação: há ausência de um restaurante popular, com alimentação a 2, 3 reais. Hoje o trabalho se dá sobretudo com doações, mas não há uma política de governo para oferecimento de refeição a preços populares, que fomentaria o crescimento da economia local também.

Oficina 8 - Migrantes Indígenas

Responsáveis: Manoela Lamenha (MPF-RR), André Paulo (MPE/RR), Tania Dias (ACNUR), Elaine Nogueira (UnB) e Edson Damas



Objetivo(s): Oportunizar a escuta e troca de experiências entre indígenas e pessoas que estão atuando nessa área.

Programação da oficina:

- Apresentação dos presentes
- Canto Warao e vídeo Los indios Warao (1999)
- Apresentação da proposta do dia
- Discussão sobre mobilidade como aspecto humano
- Discussão sobre temas prioritários: educação, saúde, política de abrigo, estatuto jurídico
- Considerações finais

Resumo da atividade:

A oficina começou com o relato de alguns Waraos sobre onde nasceram e seus processos migratórios. Destaca-se o relato abaixo:

“Eu nasci na comunidade em Uquipita, no Delta Amacuro. Meu avô e avó são parteiros e como não temos doutores, o processo de nascimento é muito cuidadoso, porque muitos indígenas morreram nesse momento. Na minha comunidade, todos os anos o rio sobe e baixa, e quando eu era pequeno o rio subiu e não baixou mais, não conseguimos plantar mais. As sementes não funcionavam mais, e a cada ano o rio subia mais. Saímos para uma cidade maior. Nós estávamos acostumados à vida do campo e não sabíamos como viver na cidade. Nenhum dos trabalhos que tinha a gente sabia fazer. Vivemos em uma casa bem precária, com apenas um fogão a lenha.

A situação foi piorando, piorando, até que ficou impossível viver lá. Depois de um tempo morreram meus pais e irmãos porque não tínhamos remédio.

Eu tenho uma mulher e cinco filhos, e decidi vir ao Brasil, agora graças a Deus, recebo muita ajuda e estamos sendo bem amparados. Nos receberam de braços abertos e é importante saber que os povos indígenas não querem roubar, fazer mal a ninguém. Quando a gente chega em uma cidade, nós respeitamos as pessoas do local. Somos indígenas do campo e não conheço muito da vida da cidade, é muito difícil de trabalhar.

Eu quero que ao chegar nos lugares me reconheçam como um índio Warao e não como um migrante venezuelano, porque nós saímos da nossa terra mas seguimos sendo Waraos.

Tem dois tipos de pessoas que vêm da Venezuela: os criollos e os Waraos, e nós não temos interesse de causar danos para ninguém, somos um povo pacífico.”

Na sequência a mediação apresenta dados sobre o deslocamento humano na história da humanidade e na Venezuela ressaltando que estamos vivendo um momento de deslocamento que ocorre em toda história da humanidade. Nessa região, destaca-se que não apenas os Waraos estão se deslocando. A fronteira Brasil/Venezuela sempre foi ocupada por diversos grupos indígenas, e sempre foi um espaço de vida. Portanto, é um território de direitos. Os povos indígenas sempre estão em movimento. A mobilidade é uma marca. Os Waraos são 50 mil pessoas na Venezuela, o segundo maior grupo do país e têm histórias muito diferentes. Na sequência, outro Warao faz um relato do seu processo migratório:

“Nasci e me criei junto com toda família em uma comunidade Warao, perto das montanhas. Não tinha água, é uma savana. Mas onde a gente vivia era um lugar onde tudo que se planta dá, a comida cresce e a gente sobrevivia com trocas e coisas que recebíamos.

Com o passar do tempo os gados dos fazendeiros criollos começaram a comer toda nossa plantação, não tinha cerca, não tinha nada. Não dava mais para viver lá. Aí saímos, pra buscar um lugar melhor de viver, com terra para plantar.”

A facilitadora seguiu a apresentação sobre o território e sobre os Waraos. Destacou que Roraima é o estado brasileiro que, proporcionalmente, tem o maior número de indígenas - 11% da população - de diferentes etnias e histórias. Mais de 80% dessa população está em terras indígenas - um dado muito significativo, porque tem ligação com a histórica luta pela terra do povo roraimense.

Em 2016, descobriu-se que existe no território Panare e Waraos. Os primeiros vivem no estado Bolívar, que faz fronteira com o Brasil, e tem 50% do território ocupado por indígenas. Os Waraos estão em processo migratório há muito tempo, há presença deles em todo o norte do país.

A maior parte dos Waraos estão no Delta Amacuro, mas há pessoas em Bolívar, Monagas e Sucre. Na Venezuela, pelo censo do país, estima-se que uma parte da população Warao vive nos centros urbanos e outra na área rural. Naquele país, os Waraos não vivem em reserva, mas sim em territórios protegidos, pois tem um estatuto ambiental diferenciado. Contudo, esse estatuto tem regras pouco claras que, muitas vezes, não são respeitadas.

Na sequência, alguns Waraos apresentaram no data show seu deslocamento dentro do território Venezuelano. Muitos apontam que as famílias estão separadas pelo território por toda a Venezuela e em alguns estados do Brasil. Após essa exposição, os facilitadores propuseram a realização de uma roda de Waraos para conversarem e apresentarem seus pontos de vista sobre alguns temas. Os outros participantes do grupo, após uma exposição inicial, poderiam fazer perguntas.

O primeiro tema foi educação, e as perguntas geradoras foram:

1. Pensam em se inserir na escola formal? Como era a escola da Venezuela, na cidade e nas aldeias?
2. Como vocês pensam na adaptação do ensino lá e aqui?
3. Quais as principais dificuldades e desafios?

Após uma conversa entre si, eles apontam que na Venezuela todos os Waraos tinham acesso a educação formal, com transporte desde as aldeias até os centros escolares, com aulas de 5 horas diárias. A educação nas aldeias eram para as crianças a partir dos 3 anos, após os 6 elas tinham que se deslocar para uma comunidade mais próxima. No geral, as escolas eram gerenciadas por padres ou freiras. Cada grupo de crianças tinha uma professora específica e os professores eram metade Warao e metade brancos. Os Waraos ensinavam a cultura, as danças, histórias, a música. Os brancos eram responsáveis por ensinar espanhol, matemática e outros conteúdos no geral. Eles destacam que havia quadras e espaços para brincar.

No Abrigo Pintolândia eles querem a mesma estrutura para que as crianças possam ter aulas mais completas, e não apenas as poucas atividades educativas que acontecem hoje em dia. “Os Waraos seguem estudando para seguir a educação do nosso povo, que é importante para as crianças. Se a gente abandonar a educação não vamos apren-

dar nada, a educação é para a gente uma prioridade. Nossas crianças querem ter a oportunidade de ter acesso a escola.” Além disso, destacam que é importante ter espaço físico para as crianças, além de aulas de português.

Atualmente eles identificam que o maior desafio na área de educação é a motivação das crianças. Os jovens são quase adultos quando têm entre 18 e 20 anos, e eles estão desmotivados. Primeiro porque o local de estudo é precário. Eles estão em um momento crucial de aprender a língua, e de se integrarem ao Brasil, mas não são estimulados a estudar. Não veem sentido em ir aos cursos porque não acreditam que terão qualquer benefício.

Na sala havia um representante da educação indígena de Roraima, e ele foi questionado pelos facilitadores sobre o que poderia ser oferecido aos Waraos na região. Ele apontou que, atualmente, atuam com 18 povos indígenas no estado, e que o primeiro e mais importante aspecto, ao se falar de educação, é assegurar o direito à terra para as comunidades indígenas, pois é a partir dela que elas conseguem se organizar e lutar por direitos mais específicos. Ressaltou que as terras indígenas são demarcadas sem a previsão de nenhum equipamento público (como escola, UBS), mas que a luta por educação no estado ainda está no estágio de assegurar o acesso a terra. Atualmente Roraima conta com 2200 professores indígenas, todos frutos de muita luta e pressão do movimento indígena organizado.

Outro destaque é que desde a década de 70 ocorrem assembleias indígenas no estado. Trata-se de espaços de discussão sobre saúde e educação que contam com a presença da FUNAI e do governo estadual, e configuram como o espaço deliberativo mais importante para as populações.

A facilitadora aponta que apenas 6 crianças Waraos estão inseridas na educação formal no Brasil, e que as demais têm acesso apenas a cursos e formações oferecidas no abrigo. Portanto, faz-se necessária a criação de um Plano Estratégico para Educação Indígena Warao, que tenha metas vinculadas a acesso e infraestrutura.



Na sequência, Joenia Wapichana, primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal, representando Roraima, fez uma fala para os participantes. Pontuou que o trabalho é um direito que traz sustentabilidade e segurança de vida, e que é preciso pensar em políticas estruturais. Afirma que é necessário pensar em que tipo de trabalho será oferecido aos indígenas pois, no geral, a noção de trabalho para essa população está vinculada à terra, ao hábito de cultivar e viver dela. Uma vez que os indígenas migrantes não estão na terra, neste momento, faz com que precisem de materiais para desenvolver os trabalhos de artesanato, incluindo definições de como acessar os recursos naturais de maneira sustentável. Joenia reforça que tal noção de trabalho precisa, evidentemente, ser pautada nas legislações nacionais e internacionais, uma vez que há garantia para os povos indígenas desenvolverem uma cidadania digna em qualquer país, como cidadão e trabalhador. Trata-se, segundo ela, de um trabalho de curto, médio e longo prazo porque é uma crise que irá durar muito tempo. É fundamental, portanto, aproximar os Waraos dos indígenas brasileiros, criando conexões com as associações locais que já estão estabelecidas, assegurando integração e participação dos Waraos nas assembleias indígenas, para que seja possível ouvir os desejos e anseios dessa população. Finalizou apontando que o cenário nacional a partir do próximo ano não será simples e será preciso união e articulação para seguir lutando pelos direitos indígenas.

Na sequência, a roda de Waraos foi retomada para discutir a questão do trabalho. As perguntas geradoras foram: *O que vocês pensam sobre trabalho e as condições de trabalho no Brasil? Como os órgãos e entidades da sociedade civil podem contribuir para o desenvolvimento do trabalho indígena?*

Ao pensar em trabalho, o principal aspecto levantado pelos Waraos é a terra. Eles apontam que fazem parte de uma cultura antiga, vinculada à agricultura:

“Meu avô, quando eu tinha 9 anos, me ensinou tudo sobre a terra, pois nessa idade eu nunca tinha ido pra cida-

de. Desde pequeno ele me dizia que se não plantar e não recolher milho, não tem o que comer. Isso é o que a gente sabe fazer: plantar, cuidar da terra, semear e ver crescer”. “Sem água e sem terra a gente não faz nada, não dá pra plantar, não dá pra trocar, não dá pra vender”.

“Na Venezuela a gente trabalhava muito no campo, a gente aprende a trabalhar desde pequeno, aprende com a família. É fundamental pensar nas terras para que a gente possa produzir. Somos indígenas, precisamos de terras. Essa terra é nossa, somos os primeiros habitantes daqui, não importa a fronteira, porque a terra é nossa primeiro. Esse é o nosso trabalho, é assim que queremos seguir, ensinando para nossos filhos”. “Para nós, Warao, precisamos trabalhar para ensinar aos nossos filhos. Ensinar a terra, ensinar a ler para que eles possam seguir as plantações quando a gente se for”.

Destacaram, ainda, que para fazer os artesanatos, fonte de renda possível longe da agricultura, compram matéria prima, o que torna inviável o trabalho. Destacaram também que tanto a agricultura quanto o artesanato são formas de não perder sua cultura. “Somos quem somos pelo que estudamos e conhecemos, com isso respeitamos os outros e a nossa vida”

Reforçam também a ideia que “não são vagabundos” e que já trabalharam em diversos tipos de empregos que exigem força e técnica como construção civil, cozinha e marcenaria. Falam que esses trabalhos ajudaram para se manterem vivos e alimentados. “Estamos chegando em um país desconhecido e muitos estão chegando pela primeira vez, muitas vezes não sabemos nada. Quando chegamos num lugar que não conhecemos a terra é muito difícil. Estamos sem força aqui, porque não temos terreno, não temos educação, saúde. O abrigo tem médico, mas não temos saúde básica, não tem hospital, não posso ser livre para chegar num hospital porque pedem documento que a gente não tem”.

Uma Warao que está grávida relata que tentou diversas vezes ser atendida no hospital, mas seja pela barreira linguística, seja pelas exigências de documentação, nunca conseguiu. “A gente precisa ir acompanhado nos postos de saúde, sozinho a gente não é entendido e respeitado”.

Outra Warao relata seu processo de migração “Quando saí da aldeia, saí porque não tinha transporte e não tinha medicamento para os meus avós. Eu era pequena, fazia colares para vender e meus pais me ensinaram tudo que eu sei. Eu segui viagem, mas meus filhos seguem na Venezuela, meus irmãos e irmãs também, mas não tem condições, a gente precisa de terra para plantar”.

Para finalizar a atividade, as facilitadoras propuseram duas perguntas para entender qual o modelo de escuta mais adequado para os Warao: Como vocês esperam ser ouvidos por meio de quais interlocutores e por meio de qual metodologia? Qual a avaliação que vocês fazem dessa forma de oitiva realizada desse momento?

O grupo aponta que o melhor caminho é falar com um grupo de Waraos, que fica responsável por voltar para o abrigo e conversar com todos os outros, e leva as decisões na sequência. É muito difícil para eles conversarem com os brancos, então, desse jeito eles tem tempo para refletir e tomar decisões.

“Saúde e educação são muito importantes, tomara que vocês tomem conta do que estão vivendo os Waraos e outros povos indígenas. Viajamos até aqui, todos sabem o que está acontecendo na Venezuela, mas essa é a realidade agora que nos obrigou a migrar para outros países. Os Waraos são pessoas que gostam de trabalhar e o artesanato é um trabalho importante. Algumas organizações estão nos ajudando porque estamos passando por dificuldades A Venezuela está passando por uma situação muito difícil, principalmente as crianças. Pedimos por elas, elas precisam brincar, ter direito à educação. Elas sofreram muito para chegar aqui, precisam ter educação e brincar para que possam esquecer tudo o que viveram”, foi o relato de uma Warao na sequência das falas.

Para finalizar, uma Warao apontou que tem encontrado muita dificuldade de acessar matéria-prima para seus artesanatos, principalmente a folha do buriti. O grupo presente aponta que esse caso já vinha sendo debatido em um GT, liderado pelo MP e outras entidades, e que é preciso retomar os trabalhos para pensar em encaminhamentos mais concretos. Uma parceria com a aldeia Raposa da Sol foi estabelecida, mas não pôde ser concretizada por problemas operacionais da FUNAI, seguido de problemas internos na aldeia.

Encaminhamentos

Como encaminhamento aponta-se a necessidade de aprofundar os espaços de escuta dos Waraos estabelecendo fluxos mais claros, constantes e efetivos. Além disso, o Ministério Público se responsabilizou por pautar a criação do Plano de Educação para os Waraos e Eñepás e o grupo se articulou para retomar as discussões sobre o

acesso às folhas de buriti para o artesanato. A FUNAI irá discutir internamente a questão do buriti para pensar em como pode colaborar no diálogo com outras etnias.

Em 2019, o ACNUR irá retomar o Grupo de Trabalho Indígena dentro do esquema de coordenação da Resposta ao Fluxo Misto de Deslocamento Forçado de Venezuelanos, almejando a participação de autoridades indígenas na liderança do Grupo. Também, em 2019, o ACNUR espera a missão de um especialista em questões indígenas em deslocamento forçado para apoiar a estratégia de intervenção com indígenas venezuelanos no Brasil.

Oficina 9 – Media Training para atores envolvidos no acolhimento e integração de refugiados e migrantes

Responsável: Leonardo Medeiros (Conectas Direitos Humanos)



Objetivo(s): Abordar a comunicação como uma ferramenta estratégica para o trabalho de acolhimento e integração de refugiados e migrantes.

Resumo da atividade:

Mais do que uma oficina, a atividade se propõe a ofertar um treinamento a membros da sociedade civil, do sistema judiciário e do poder público sobre a importância de se estruturar um departamento de comunicação nas organizações em que atuam, bem como tratar o tema com a devida importância no fazer cotidiano das instituições. Durante seis horas, cerca de 10 participantes adquiriram conhecimento sobre como utilizar a comunicação de maneira estratégica e como a imprensa pode beneficiá-las no alcance de seus objetivos e resultados, além de praticarem a produção de uma pauta jornalística e a participação em entrevistas individuais.

ANEXOS

- ANEXO 1 - Apresentação de Fabiano de Moraes (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/GT Migrações Ministério Público Federal)
- ANEXO 2 - Apresentação de Ana Luisa Zago de Moraes (Defensoria Pública da União)
- ANEXO 3 - Apresentação de Cyntia Sampaio (Escola Superior do Ministério Público da União)
- ANEXO 4 - Apresentação de Jennifer Anyuli (Coordenação de Políticas Públicas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo)
- ANEXO 5 - Apresentação de Leticia Leticia Carvalho (Missão Paz - SP)
- ANEXO 6 - Apresentação de Viviane Esse (Casa Civil da Presidência da República)
- ANEXO 7 - Apresentação de Yssyssay Rodrigues (Organização Internacional para as Migrações - OIM)
- ANEXO 8 - Apresentação de Pablo Mattos (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR)
- ANEXO 9 - Apresentação de Jaqueline Rocha (Casa de Los Niños)
- ANEXO 10 - Apresentação de Eduardo Tarragó (Ministério Público Federal)
- ANEXO 11 - Apresentação de Elaine Moreira (Universidade de Brasília)
- ANEXO 12 - Apresentação de Jaqueline Ferreira (Unicef/Proteção e Educação em Emergência)
- ANEXO 13 - Apresentação de Pe. Jesus de Bobadilla (Pastoral da Mobilidade)
- ANEXO 14 - Apresentação da Oficina 3
- ANEXO 15 - Apresentação da Oficina 8